Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Edmar Augusto Santos de Araujo Junior

Economia do Patrimônio Cultural – efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro.



Rio de Janeiro
2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Edmar Augusto Santos de Araujo Junior

Economia do Patrimônio Cultural – efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Profº. Dra. Renata Santos
Co-orientador/Supervisor: Dr. Carlos Fernando de Souza Leão Andrade

Rio de Janeiro
2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

A658e Araujo Júnior, Edmar Augusto Santos de.
Economia do Patrimônio Cultural – efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro / Edmar Augusto Santos de Araujo Junior – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

105 f. : il.

Orientadora: Renata Santos

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio Cultural. 2. Preservação. 3. Conservação e restauração. 4. Rio de Janeiro (RJ). I. Santos, Renata. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Edmar Augusto Santos de Araujo Júnior

Economia do Patrimônio Cultural – efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2012.

Banca examinadora

_____

Professor Dra. Renata Santos (orientadora) – PEP/MP/IPHAN

_____

Dr. Carlos Fernando de Souza Leão Andrade (co-orientador) – Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

_____

Professora Dra. Analucia Thompson – PEP/MP/IPHAN

_____

Professora Dra. Gloria Maria Moraes da Costa – Dep. de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie/ RJ

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é abordar as definições e pressupostos da Economia do Patrimônio Cultural que está inserida em uma área específica da Economia da Cultura. O interesse da economia pela cultura é motivado pelos gastos diretos e indiretos público e privado no setor cultural e a receita gerada pelos produtos e serviços prestados em atividades culturais. No caso do patrimônio arquitetônico, as políticas públicas que viabilizam o financiamento da restauração dos monumentos históricos no estado do Rio de Janeiro são verificadas tanto por gastos direto do governo, quanto indiretamente através de incentivos fiscais.

A economia patrimonial define-se pela produção de serviços patrimoniais (organizações de exposições, shows e de espetáculos), de serviços auxiliares (indústria de transporte-turismo-lazer ligada ao patrimônio), de produtos derivados (livros de arte, guias, lembranças de todo gênero), de funções coletivas de pesquisa (no campo dos monumentos, museus, objetos classificados e do patrimônio escrito) e também ao inventário, conservação, restauração, produção de serviços, informação e difusão.

Uma parte importante desta economia depende de políticas culturais de financiamento e restauração dos monumentos históricos que estão estruturadas pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, criado pela Lei nº 8313 de 1991 (Lei Rouanet). O resultado deste processo provocou um aumento de investimento em preservação do patrimônio arquitetônico a partir de 2006 na cidade do Rio de Janeiro. Este investimento se realiza através dos mecanismos de renúncia fiscal e concessão de benefícios ao setor privado que concentra suas ações em áreas de grande visibilidade, gerando efeitos diretos sobre os espaços urbanos centrais.

Os projetos de restaurações aprovados para captação de recursos através do PRONAC para todo o estado fluminense estão concentrados na região central da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo com o processo de espetacularização urbana e com a perda do sentido documental do patrimônio. A falta de ingerência sobre esses recursos permite que outras regiões do estado com grande potencial de desenvolvimento econômico através do patrimônio sejam excluídas deste processo de valorização patrimonial.

Palavras-chave: Economia patrimonial; Políticas culturais; Restauração de monumentos históricos; Espetacularização urbana.

Abstract

The objective of this research is to address some concepts, definitions and assumptions of economic's heritage in Brazil. The Economics of Cultural Heritage is part of a wider area and often called the Economy of Culture which will also be presented here in order to characterize the public policies that enable forms of financing the restoration of historical monuments. The economics heritage is defined by the sheet on the economic production property services (organization of exhibitions, concerts and shows), ancillary services (transportation industry-tourism-leisure-linked assets) of products (art books, guides souvenirs of all kinds), the collective functions of research (in the field of monuments, museums, heritage objects classified and written) and also the inventory, conservation, restoration, production of services, information and dissemination. An important part of this economy depends on the cultural politics of funding and restoration of historical monuments that are structured by "Rouanet Law" that seeks to harness economic equity promotional vehicle as the city's image to sell it internationally, emptying the social meaning and documentary heritage in society.

Key-words: *Economics heritage; Cultural policies; Restoration of historic monuments; Urban spectacularization.*

SUMÁRIO

Introdução 8

Capítulo 1 - Economia da Cultura: delimitações do valor econômico do patrimônio cultural 14

1.1 A Economia da Cultura 15

1.2 A Economia do Patrimônio Cultural 20

1.3 A Economia Política do Patrimônio Cultural 25

Capítulo 2 - Políticas culturais no campo do patrimônio 33

2.1 Leis de incentivo à Cultura: da criação do PRONAC à gestão do patrimônio histórico 34

2.2 Efeitos das intervenções patrimoniais sobre os espaços urbanos: a espetacularização na cidade do Rio de Janeiro 41

2.3 O "Circuito Elizabeth Arden" das restaurações patrimoniais na região central da cidade do Rio de Janeiro 49

2.3.1 Outros eixos de espetacularização: a Praça Tiradentes e o Porto Maravilha 67

Capítulo 3: Análise das fontes de financiamento de restauração de monumentos históricos fluminenses 72

3.1 Patrimônio e política pública: a operacionalização através do orçamento e os efeitos sobre os espaços urbanos fluminenses 73

3.2 Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural e o Desenvolvimento Econômico 90

Considerações Finais 98

Referências 103

Introdução

Esta pesquisa iniciou-se com a minha entrada na Superintendência do IPHAN-RJ para estudar a princípio a cadeia produtiva gerada pelas obras de restauração de monumentos históricos tombados pelo IPHAN no estado do Rio de Janeiro. Seria a primeira pesquisa oficial feita por um economista realizada nesta instituição e por isso o desafio e também as perspectivas de objetos a serem analisados eram grandes. A mensuração do número de postos de trabalho gerados direta e indiretamente, por exemplo, poderia sinalizar para uma hipótese de que o investimento neste tipo de intervenção representaria em uma atividade com grande capacidade de impactar positivamente no mercado de trabalho, mais até do que o investimento em outros setores econômicos.

A comprovação dessa hipótese corroboraria o que estava sendo visualizado na prática institucional: a cada ano, a partir de 2006, os investimentos em obras de restauração patrimonial aumentavam e buscavam-se formas de apresentar que esse aumento poderia ser sustentável, provando que os benefícios iam além do campo do patrimônio com impacto inclusive sobre a economia e o mercado de trabalho.

Estas eram as perspectivas iniciais para a pesquisa que estava se desenvolvendo em agosto de 2010. Conforme este campo foi sendo explorado, com a análise metodológica de pesquisas sobre economia da cultura e o diálogo institucional com IBGE, BNDES e IPHAN, verificou-se que a proposição inicial da hipótese que me fora dada não seria possível de ser comprovada devido à inexistência de pesquisas estatísticas oficiais. Mas o que realmente foi preponderante para a percepção de que o foco da pesquisa poderia ser outro, foi a obra do economista francês, Xavier Greffe[1], sobre economia do patrimônio com a apresentação de um cenário riquíssimo e ainda pouco explorado no Brasil.

Com este novo cenário que se descortinava, a comparação das políticas patrimoniais entre o Brasil e a França era inevitável. Mesmo não sendo uma das intenções principais desta pesquisa, ao traçar tal comparação, foi possível perceber que na análise das políticas públicas de financiamento à restauração do patrimônio arquitetônico, um objeto importante de investigação são os gastos públicos diretos e indiretos. O papel do poder público é determinante para garantir a preservação do patrimônio e também a percepção do legado econômico que a valorização do patrimônio cultural representa sobre os espaços urbanos.

[1] GREFFE, Xavier. *La valeur économique du patrimoine*. Anthropos-Economica. Paris, 1990.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa consiste em explorar os conceitos da economia patrimonial, partindo de pressupostos da literatura francesa sobre a inserção do patrimônio cultural no campo econômico e como os economistas definem o valor econômico do patrimônio. Uma ampla gama de pesquisas nas mais diversas áreas da Economia da Cultura tem sido desenvolvida e publicada na França, país com grande importância mundial no campo do patrimônio e na preservação dos monumentos.

Na verdade, o monumento histórico é uma invenção datada: surge no contexto da Revolução Francesa, quando passam a ser elaborados os instrumentos de preservação naquele país (Choay, 2001). Para o Patrimônio, em si, a principal questão é a sua manutenção para a sociedade enquanto símbolo da resistência contra o tempo, guardando sua capacidade de documentar um passado e despertar a memória vivida ou imaginada das pessoas.

A importância de pesquisas sobre os gastos públicos diretos ou indiretos em restauração de monumentos históricos reside no fato de que o uso dado ao monumento histórico é decorrente da forma como o bem é mantido, e se a Igreja vai ser usada para casamento, concerto ou apenas para rezar, são questões secundárias nesta análise da economia do patrimônio, pois qualquer uma destas práticas pode ser realizada em lugares não patrimoniais. Mas manter a Igreja, como qualquer outro monumento histórico, sob o ponto de vista do Patrimônio é essencial, pois além de garantir a fruição do bem pela sociedade, transforma-o em bem econômico, com capacidade de valorizar o espaço urbano que o situa e o ambiente construído a partir dos investimentos em restauração.

Desta forma, esta pesquisa emerge da constatação técnica na Superintendência Regional do IPHAN–RJ de que as ações em restauração do patrimônio histórico fluminense vinham sendo fortemente viabilizadas via Lei federal de incentivo à cultura. Por isso, é apresentada no primeiro capítulo a Economia da Cultura com intuito de contextualizar as políticas públicas de restauração de monumentos históricos no Brasil.

As condições em que se ofertam os bens do patrimônio histórico edificado dependem de políticas e investimentos em conservação e restauração que uma vez realizadas estimulam uma série de atividades econômicas, diversos serviços, turismo, pesquisas etc. A “demanda por patrimônio”, apresentada por Xavier Greffe, representa essas atividades e serviços estimulados com a utilização econômica dos monumentos e não está relacionada diretamente à oferta de bens patrimoniais. A “oferta de patrimônio”, por sua vez, refere-se à existência de bens tombados nacionais em um território e requer políticas permanentes de preservação.

A relação entre oferta e demanda de patrimônio difere das relações de mercado de bens tradicionais estudados pela economia no qual há frequentemente uma relação direta entre oferta e demanda. No mercado de bens tradicionais, a natureza dos objetos que definem oferta e demanda são equivalentes e os preços dos bens são definidos no ponto de equilíbrio entre oferta e demanda.

Na economia do patrimônio cultural, a demanda de patrimônio refere-se a um mercado distinto daquele em que se estabelece a oferta de patrimônio. A oferta depende das condições em que se criam e se reconhecem novos bens patrimoniais protegidos pelo Estado. Ao ser reconhecido como patrimônio pelo Estado, o monumento arquitetônico público torna-se um bem a ser preservado e se transforma em objeto potencial de políticas de restauração, dependendo da forma em que se estruturam as condições para seu financiamento, tendo em vista ganhos econômicos e aumento de bem-estar social que o patrimônio pode gerar.

A economia patrimonial define-se pela economia relativa à produção de serviços patrimoniais (organizações de exposições, shows e de espetáculos), de serviços auxiliares (indústria de transporte-turismo-lazer ligada ao patrimônio), de produtos derivados (livros de arte, guias, lembranças de todo gênero), de funções coletivas de pesquisa (no campo dos monumentos, museus, objetos classificados e do patrimônio escrito) e também ao inventário, conservação, restauração, produção de serviços, informação e difusão.

O papel do economista no campo patrimonial consiste em ilustrar os efeitos de um projeto, as condições e conseqüências econômicas de diferentes decisões de investimento em renovação, reutilização, etc. haja vista a concepção de o patrimônio ser um bem sob tutela e por isso a sua subvenção seja justificada pelo poder público. Este aspecto dialoga com a análise das políticas culturais de patrimônio, feitas no segundo capítulo, que precisam de uma orientação socioeconômica para cumprirem seus objetivos.

A abordagem da economia patrimonial é contextualizada pelas políticas públicas de financiamento a restauração e conservação de monumentos históricos no estado do Rio de Janeiro, analisadas de acordo com o orçamento de 2006 a 2011 da Superintendência do IPHAN-RJ. O levantamento consolidado do orçamento anual no período considerado para financiamento dessas obras será apresentado no terceiro capítulo, bem como, a forma como eles são captados que será apresentada antes, no segundo capítulo.

Ainda no âmbito das justificativas, a importância de estudos sobre economia patrimonial reside no fato de que este campo consiste em um vetor do crescimento econômico do país. Investimentos em obras de restauração contribuem diretamente ao mercado de

trabalho, pelos diversos tipos de empregos e trabalhos gerados nas obras e também contribuem indiretamente ao crescimento econômico ao estimular atividades como a construção civil, o turismo, a valorização da terra urbana etc.

Além disso, o modelo de desenvolvimento de estímulo ao Turismo requer a modernização das infraestruturas urbanas sem prejudicar ou descaracterizar áreas com patrimônio. Os grandes eventos que a cidade do Rio de Janeiro sediará de 2013 a 2016 serão um desafio neste aspecto, sobretudo pela utilização e reurbanização de áreas com patrimônios tombados, como a zona portuária da cidade.

O financiamento das obras de restauração é viabilizado pelos recursos disponíveis pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), pelo Orçamento Geral da União (OGU) e também por iniciativas privadas. Os recursos do PRONAC são obtidos não só pelo Fundo Nacional da Cultura (FNC), mas principalmente pelo chamado "Mecenato". Há duas formas principais de financiamento em jogo: uma com recursos provenientes diretamente dos cofres públicos disponibilizados pelo OGU e a outra com recursos disponibilizados pelos mecenas que aproveitam os benefícios fiscais do PRONAC para financiarem ações na área da cultura no país.

Esses recursos são obtidos via Lei Rouanet que oferece incentivos fiscais, tais como abatimento no recolhimento de impostos às empresas que desejam investir em cultura no país. Estes mecanismos legais foram implantados no Brasil no processo de redemocratização política, em meados da década de 1980, quando o Ministério da Cultura passou a impulsionar as lideranças empresariais, através de uma política de subsídios fiscais, adotada pelo Governo, para estimular a produção cultural profissionalizada. Esta lei vem no bojo de um discurso em que o Estado era acusado de "digirismo cultural" e, portanto, a sociedade deveria ser formuladora de projetos culturais, combinando com o discurso do Estado Mínimo que preconizava a responsabilidade de definir onde aplicar os recursos com outros agentes, como a iniciativa privada.

Nesta dissertação, busca-se compreender essa lógica da política pública de investimento indireto na preservação patrimonial com relação à disponibilidade dos recursos, à execução das obras e pelo papel desempenhado pela iniciativa privada. As políticas públicas de restauração de monumentos históricos são capazes de agregar valor à terra urbana ao considerar o acesso a diversos tipos de bens e serviços públicos e privados no espaço urbano. Uma localidade com bens culturais importantes garantidos por políticas de preservação e restaura-

ção permanente será mais valorizada e atrairá investimentos econômicos em outras áreas, pois grandes investimentos atraem mais investimentos.

Desta forma, busca-se ainda compreender em que medida as políticas culturais contribuem para um tipo específico de ação no campo do patrimônio. Deve-se questionar em que medida este tipo de política pública, que é executada via renúncia fiscal pela União, contribui para que a decisão dos investimentos patrimoniais fique a cargo do mercado, levando a uma concentração das intervenções na área central da cidade do Rio de Janeiro, no circuito denominado pelo Superintendente do IPHAN-RJ na época, como "Elizabeth Arden" das restaurações, uma alusão ao termo utilizado na diplomacia que designa as embaixadas que estão situadas nas capitais mais visadas: Roma, Paris, Londres e Washington.

A hipótese levantada consiste em que pela forma como se está estruturado esse processo de intervenção patrimonial, podem-se produzir determinados efeitos no espaço urbano, como, por exemplo, a espetacularização na região central da cidade do Rio de Janeiro. O modelo de gestão do patrimônio atual estimula a valorização econômica dos monumentos, de acordo com a sua visibilidade e inserção no espaço urbano, em contextos que destacam a imagem da cidade como um produto a ser consumido.

Neste sentido, vale questionar se o mercado é capaz de conduzir esta política com equidade. Será que cabe aos investidores privados a capacidade de decisão dos investimentos através dos setores de responsabilidade social ou o Estado deve aumentar sua participação na gestão do patrimônio arquitetônico através da criação de um comitê gestor permanente do patrimônio? São perguntas que foram levantadas a partir da discussão teórica e da análise empírica traçadas ao longo dos capítulos.

Se os gastos públicos diretos e indiretos em restauração de patrimônio fossem geridos por um comitê gestor de recursos que incentivasse a criação de pólos locais e regionais estratégicos, o impacto socioeconômico das políticas de restauração seria mais efetivo e mitigaria efeitos perversos da espetacularização urbana que é a concentração dos investimentos em torno de um único circuito e à perda do caráter documental do patrimônio. Políticas que estimulem a desconcentração espacial dos investimentos possibilitam que o patrimônio alavanquem processos de desenvolvimento locais, incluindo socioprodutivamente a população residente.

Portanto, esta pesquisa foi desenvolvida de forma que, no primeiro capítulo, será apresentado o panorama em que se insere a Economia da Cultura, com o objetivo de conferir sentido à análise dos conceitos da Economia do Patrimônio Cultural e sua estrutura política

para contextualizar o processo de gestão cultural vigente, que estimula o investimento privado através das leis do mecenato. Quanto ao referencial teórico do primeiro capítulo, destaca-se a obra *Economia da Cultura*, de Françoise Benhamou (2007).

No segundo capítulo, o foco de análise incide sobre a gestão do patrimônio através dos mecanismos de financiamento das obras de restauração pela Lei Rouanet. Serão apresentados também os efeitos dessas políticas de financiamento de restaurações dos monumentos históricos fluminenses sobre os espaços urbanos, merecendo destaque para as obras de Vargas e Castilho (2009), *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultado* e de Sant'Ana (2005), *A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90*.

A espetacularização urbana que se originou na cidade do Rio de Janeiro ainda na década de 1990 pode ser contextualizada dentro do debate sobre Economia do Patrimônio cultural, uma vez que grandes empresas concentram vultosos recursos, via renúncia fiscal, em patrimônios de grande visibilidade ao invés de os investimentos serem distribuídos estrategicamente em milhares de patrimônios espalhados pelo território fluminense.

No terceiro capítulo, serão analisadas as fontes orçamentárias para restauração e o levantamento dos projetos com recursos do PRONAC e da OGU. As planilhas que constam essas informações foram obtidas na Superintendência do IPHAN-RJ e estão divididas segundo a situação em que se encontram dentro das normas estabelecidas pelo Ministério da Cultura (MinC). Serão apresentadas informações referentes aos projetos executados com recursos do Mecenato e também informações dos investimentos do BNDES na preservação do patrimônio, que são considerados catalisadores do desenvolvimento socioeconômico pelo retorno que conferem às dinâmicas econômicas locais e regionais.

Capítulo 1 - Economia da Cultura: delimitações do valor econômico do patrimônio cultural

Neste capítulo, será apresentado o panorama geral em que a Economia da Cultura está inserida, com atenção às abordagens metodológicas da cultura sob o olhar da economia, de modo a embasar a análise empírica desta monografia aos estudos existentes. O capítulo também abordará de forma mais específica os conceitos e as definições da economia do patrimônio cultural, considerando principalmente o papel das restaurações dos monumentos históricos sob a forma como estão estruturadas as políticas públicas culturais no Brasil.

Esta contextualização inicial sobre Economia da Cultura confere sentido à exposição de conceitos da economia patrimonial analisados segundo a estrutura de política pública e gestão cultural vigente que estimula o investimento privado através das leis do mecenato. O debate sobre o papel do Estado, via renúncia fiscal, no investimento em cultura, consiste em uma das etapas da economia patrimonial cujo financiamento das obras de restauração dos monumentos históricos depende principalmente dos recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) que será apresentada no segundo capítulo.

Outro ponto levantado neste capítulo refere-se ao valor econômico do patrimônio e a sua capacidade de gerar renda, crescimento e desenvolvimento através dos serviços diretos que são impulsionados ou dos investimentos necessários para a restauração desses monumentos. A economia política do patrimônio refere-se às relações de oferta e demanda por patrimônio que são sustentadas por um jogo de forças pouco usual quando se compara com a produção de uma mercadoria tipicamente capitalista.

1.1 A Economia da Cultura

Nesta seção, serão apresentadas considerações e definições de algumas pesquisas sobre o universo da Economia da Cultura e a importância de seus produtos simbólico-culturais na nova dinâmica do capitalismo mundial. Este universo representa a temática mais geral em que se insere a Economia do Patrimônio Cultural, cujo caráter interdisciplinar correlaciona objetos de universos de valores tão distintos, mas transversais, como a economia e o patrimônio.

A Economia da Cultura estuda a temática da inserção de objetos culturais enquanto mercadorias no sistema de produção capitalista e refere-se por um lado ao conjunto de atividades econômicas relacionadas à cultura e por outro, refere-se às atividades culturais com impacto econômico. São práticas culturais possuidoras de valor econômico e cultural que alimentam verdadeiras cadeias produtivas pelo mundo, instituindo um setor industrial da cultura, lazer e entretenimento. Mas não é só isso, a Economia da Cultura também abrange as instituições culturais locais de artes cênicas, patrimônio material, cultura popular, museus, arquivos, bibliotecas, eventos, festas e exposições (Leitão, 2009).

A hegemonia do consumo sobre a produção coloca a cultura como um nicho de mercado a ser amplamente explorado pelos formuladores de políticas públicas e pelos agentes indutores do desenvolvimento, como o Estado e a iniciativa privada e a sociedade civil. Em alguns países desenvolvidos, percebeu-se que a participação da renda gerada pela cultura no Produto Interno Bruto (PIB) pode ser maior do que setores tradicionais da economia, como a indústria automobilística e a indústria química (Greffe, 1990).

A compreensão da Economia da Cultura pelo Ministério da Cultura (MinC) pode ser assim apresentada:

> "(...) ao lado da Economia do Conhecimento (ou da Informação), integra o que se convencionou chamar de economia Nova, dado que seu modo de produção e da circulação de bens e serviços é altamente impactado pelas novas tecnologias, é baseado em criação e não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica. O modelo da Economia da Cultura tende a ter inovação e a adaptação às mudanças como aspectos a considerar em primeiro plano. Nesses setores a capacidade criativa tem mais peso que o porte de capital" (MinC, Portal da Cultura).

Outros termos incluem-se nesta área mais abrangente, como a Economia Criativa e a Indústria Cultural e para o MinC, as atividades culturais, incentivadas pelo PRONAC, que compreendem a chamada Economia Criativa, são: Artes Cênicas, Artes Integradas, Artes

Visuais, Audiovisual, Humanidades, Música e Patrimônio Cultural. O Ministério da Cultura estrutura-se através de Políticas, Programas e Ações dentre as quais se inclui a Economia Criativa. A Secretaria da Economia Criativa (SEC/MinC) encontra-se em processo de estruturação no Ministério da Cultura.

O termo Economia Criativa surgiu na Inglaterra em meados da década de 1990 quando se percebeu que as atividades culturais tinham uma participação cada vez maior no PIB inglês e que os produtos estavam dando lugar às ideias como moeda de troca nas sociedades contemporâneas.

Já o termo Indústria Cultural refere-se à conversão da cultura em mercadoria no sistema capitalista contemporâneo e à utilização dos meios de comunicação em massa para propagar idéias e valores culturais com fins ideológicos e políticos, mas que ao longo da primeira metade do século XX, não configurava como uma disciplina específica no campo de interesse da teoria econômica (Almeida, 2005 apud Miguez, 2009).

Segundo estimativas do Banco Mundial, o setor da produção simbólico-cultural, nomeada como economia criativa, contribui com cerca de 7% do PIB mundial com potencial de crescimento a uma taxa média anual de 10%. Pela lógica como está organizado o capitalismo globalizado, é a própria economia que passa a depender cada vez mais das dimensões culturais para a geração de valor (Miguez, 2009).

O renomado teórico econômico, John Maynard Keynes[2], sustentava a tese ainda nos anos 1920 da necessidade do financiamento público das artes, tendo sido inclusive o primeiro presidente do *Arts Council England*. A economia da cultura tornou-se um campo próprio de estudos e de interesses da ciência econômica somente no final da década de 1960, em países anglófonos, mas que ganhou força na segunda metade da década de 1990, como atividades a serem potencializadas por políticas públicas de estímulo às indústrias criativas, sobretudo na Austrália e no Reino Unido (Miguez, 2009).

No Brasil, alguns estudos passam a ser realizados em meados da década de 1990, abordando o financiamento da cultura, "quando as leis de incentivo fiscal praticamente deslocaram os recursos públicos orçamentários diretos da obrigação de garantir fundos necessários ao desenvolvimento da produção cultural" (Miguez, 2009, p. 32).

Miguez (2009) destaca ainda que as ações políticas no campo da Economia da

[2] As ideias de Keynes influenciaram fortemente a concepção das políticas fiscal e monetária após a crise econômica mundial no início da década de 1930, pautadas pelas incertezas de longo prazo e pela constatação de que o mercado não opera por si só no equilíbrio. O economista defendia os gastos públicos como forma de aumentar a demanda agregada.

Cultura, dada a sua representatividade simbólica e econômica, estabelecem uma demanda por:

> "um programa de longo prazo que acione o incentivo à pesquisa, a promoção de estudos e a produção de bases estatísticas e de indicadores, elementos fundamentais para que se tenham políticas públicas dedicadas ao fortalecimento de um campo que, como o da cultura, é um setor estratégico para a formulação de um projeto nacional" (Miguez, 2009, p. 34).

Nos anos 2000, pesquisas foram realizadas no Brasil para estimar o papel de alguns campos culturais na economia e como esses campos compreendem verdadeiras cadeias produtivas capazes de gerar renda e empregos. Destacam-se os estudos coordenados por Prestes Filho sobre a cadeia produtiva da economia da música (2005) e a cadeia produtiva da economia do carnaval[3] (2009). Estas duas publicações seguem a perspectiva de mensurar a movimentação econômica destes segmentos culturais, mapeando o fluxo de bens e serviços nos setores direta e indiretamente inseridos na cadeia produtiva das atividades culturais desde a matéria prima até o consumidor final.

Prestes Filho (2005), apresentando as definições de cadeia produtiva, aponta que sua pesquisa baseou-se em definições clássicas, como:

> "uma cadeia produtiva pode ser entendida como uma rede de inter-relações entre vários atores de um sistema industrial, que permite a identificação de fluxo de bens e serviços através dos setores diretamente envolvidos, desde as fontes de matérias-primas até o consumidor final do produto do objeto em análise" (Fensterseifer, 1995 *apud* Prestes Filho, 2005).

Essa definição possibilitou adaptar esse modelo para o caso específico de um bem intangível como é a música, permitindo o autor a construir seu próprio modelo para expor as etapas da cadeia produtiva da economia da música e avançar no âmbito metodológico da economia da cultura. A economia da cultura refere-se às implicações econômicas das escolhas culturais cujas atividades podem criar empregos, desenvolver a capacidade de exportação de um país e permitir um desempenho econômico superior a setores tradicionais da economia.

O avanço da ciência econômica no campo da cultura encontra um forte respaldo teórico na obra, *Economia da Cultura*, de Françoise Benhamou (2007) que é professora na Universidade de Paris XIII e chefe do setor "Economia do Patrimônio" do Instituto Nacional

[3] Com relação à cadeia produtiva da economia do carnaval, Prestes Filho (2009) aponta que o conjunto de atividades que determinam o Desfile das Escolas de Samba do Grupo Especial na cidade do Rio de Janeiro consiste em: Atividades diretas (pré-produção, produção, distribuição, comercialização e consumo); Atividades indiretas (turismo, audiovisual, indústria fonográfica, indústria editorial e gráfica, indústria de bebidas e entretenimento); Direitos (propriedade intelectual e direitos da personalidade) e Políticas Públicas (investimentos em infraestrutura, fomento e incentivos fiscais).

do Patrimônio, na França. Em sua obra a autora contribui com os estudos da Economia da Cultura ao mostrar que as artes e os bens culturais, como o patrimônio, também podem ser pensados economicamente de acordo com a tradição da teoria econômica.

A história do pensamento econômico tem se dedicado muito pouco no âmbito da cultura tanto no que diz respeito à elaboração de teoria microeconômica quanto à aplicação de modelos econométricos pela forma como se dedica a abordagem metodológica do pensamento econômico hegemônico. Geralmente, a Economia da Cultura é dominada por sociólogos, produtores culturais, turismólogos etc. e poucos economistas se dedicam a esta área, sobretudo por se tratar de bens econômicos de valores intangíveis ou imensuráveis.

De acordo com Benhamou, a Cultura foi historicamente concebida como uma "expressão inconsciente" de reivindicação aristocrática cujo prestígio e essência mais íntima da produção artística afastavam do interesse do grande público. As artes e a cultura, por essa concepção histórica aristocrática, eram socialmente excludentes, destoando da concepção política atual que aponta a cultura como fundamento de igualdade e fraternidade entre os homens.

Por isso, o princípio da "negação do econômico" nas artes e na cultura em geral esbarra muito mais na necessidade de se efetivar os princípios democráticos, onde a cultura é vista como um bem que deve ser consumido democraticamente pela sociedade, do que servir como "uma barreira contra a infiltração indevida do lucro no mundo sublime da estética" (Benhamou, 2007, p. 12).

Para Benhamou, a Cultura deve ser pensada economicamente devido a sua capacidade de geração de empregos, trabalho e riqueza em um mundo onde o consumo extrapola a produção, justificando a promoção e o fomento da cultura pelo Estado com mais eficiência e equidade. A autora aponta que o consumo de bens culturais cresceu significativamente em países como França, Reino Unido e Estados Unidos nas duas últimas décadas e que há de fato um consumo desigual do capital cultural na medida em que classes de renda mais elevada tendem a consumir mais bens culturais.

A autora demonstra que o paradigma da teoria econômica neoclássica[4] é posto à prova sob a análise econômica, uma vez que o consumo de bens culturais não se aplica aos tipos de análise de bens tradicionais da economia sobre as escolhas do consumidor. Na

[4] De acordo com o paradigma neoclássico vigente na teoria econômica os consumidores são racionais e escolhem suas cestas de consumo com base em critérios individuais, como desejo, satisfação e utilidade, podendo assim escolher diferentes tipos de consumo, segundo sua restrição orçamentária.

verdade, para a ciência econômica, o que está em jogo na indefinição da cultura enquanto um mercado plenamente constituído é a incerteza quanto a sua capacidade de se adequar ao processo de valoração econômica, quando as relações de oferta e demanda dos bens materiais podem determinar os preços ordenadamente.

De acordo com as teorias econômicas sobre valor, como: valor de uso, valor de troca, valor-trabalho e valor marginal, os bens culturais não oferecem subsídios consistentes para serem incluídos em análises mais profundas de valoração econômica, embora a teoria do valor-trabalho possa ser aplicada a algumas atividades de artes, na medida em que o trabalho artístico agrega valor na produção de uma mercadoria (Florissi e Valiati, 2009).

A teoria do valor absoluto ou intrínseco se aproxima mais ao mercado cultural, na medida em que se associa a um bem independente das forças de oferta e demanda e que esses bens apresentam um valor que podem manter-se invariáveis com o passar do tempo. Além disso, quando se refere a bens públicos culturais, o valor do bem estar coletivo passa a ser preponderante sobre as demais inflexões sobre valoração. O valor cultural reflete a intangibilidade e imaterialidade que são características desses tipos de bens simbólicos.

Nesta perspectiva, o patrimônio constitui o capital cultural (ativos culturais que originam serviços culturais) de um lugar e cujo valor é determinado a partir do que ele pode gerar em bem estar de uma determinada coletividade, compensando o esforço da sociedade em mantê-lo, financiando a sua restauração. O patrimônio representa um estoque de valor intertemporal que enquanto capital cultural é capaz de fornecer e valorizar uma série de fluxos de serviços culturais não patrimonializados (Florissi e Valiati, 2009).

Desta forma, o patrimônio representa um valor tanto cultural quanto econômico que quando estimulados, produz determinados efeitos sobre os espaços urbanos. Antes de abordar esses efeitos, será preciso apresentar a Economia do Patrimônio Cultural, que será aprofundada na próxima seção, para compreender processos de valoração econômica de bens culturais e posteriormente, processos de intervenção patrimonial.

1.2 A Economia do Patrimônio Cultural

Nesta seção, busca-se apresentar os subsídios teóricos capazes de constituir a Economia do patrimônio Cultural, que foi amplamente discutida na França[5] cujo modelo de financiamento da cultura é notoriamente beneficiada pelas intervenções públicas no âmbito financeiro, jurídico e legislativo.

A primeira lei sobre monumentos históricos foi em 1887 quando se institui uma série de mecanismos e procedimentos de tombamento dos monumentos históricos, através de um Estado centralizador, característica da tradição francesa. Em seu livro publicado em 1830, Prosper Mérimée[6], que foi nomeado (1830) Inspetor dos Monumentos Históricos da "regional" de Avignon, escreve cartas ao chefe em Paris, revelando que antes da lei já havia a Economia do Patrimônio, uma vez que o Estado começara a se organizar na sua missão de proteger, inventariar e manter o legado do patrimônio histórico, que ameaçava a ser perdido com os ideais revolucionários da época. Através desta publicação, constata-se que os serviços de preservação do Patrimônio na França antecederam em décadas à lei de proteção.

Esta lei de 1887 resultou em uma versão final em 1913, que serve de referência ao texto legislativo sobre os monumentos históricos atuais:

> "é a instituição de um órgão estatal centralizado, dotado de uma poderosa infraestrutura administrativa e técnica, o Serviço dos Monumentos Históricos, e de uma rede de procedimentos jurídicos adaptados aos conjuntos de casos passíveis de previsão" (Choay, 2001, p. 148).

Como contraponto, apresenta-se o modelo descentralizado inglês formado por associações de proteção locais e privadas que recebem ajuda de mecenatos. Outro ponto importante com relação ao marco legal da preservação dos monumentos históricos é as restrições impostas aos direitos de propriedade dos detentores privados do patrimônio histórico ou a supremacia do interesse público pelo ponto de vista histórico e artístico sobre o interesse privado. A preservação depende antes de tudo de uma mentalidade orientada para esta questão (Choay, 2001).

[5] A França serve de referência aos estudos de Economia Patrimonial por apresentar um referencial teórico considerável e um apoio institucional com estatísticas oficiais que permitem mensurar a cultura como importante setor econômico e implementar e avaliar políticas culturais no âmbito público e privado.

[6] Prosper Mérimée era arqueólogo, linguista, com uma notável avaliação histórica e devotamento às artes, desenho e arquitetura. Neste mister, seus relatórios vieram muitas vezes a merecer publicação, e destaque em sua produção, ao largo da literária. A ele se deve, em boa parte, a conservação do rico legado cultural, do qual tanto se orgulha o povo francês.

Esta é uma característica fundamental do Estado francês que desempenha papel direto no setor cultural onde o Ministério da Cultura apresenta grande peso político na agenda interna para o financiamento dos programas culturais, dentre eles o patrimônio com seus monumentos históricos, arquitetônicos, museus, arquivos e bibliotecas, respeitando a autonomia dessas instituições (Galard, 2009).

Galard (2009) aponta que no caso do patrimônio arquitetônico, o Ministério da Cultura francês não suporta sozinho toda a carga financeira da ação pública, pois algumas medidas vêm sendo feitas de modo a estimular o financiamento privado e o aumento das receitas próprias para viabilização de custos operacionais de grandes monumentos históricos, como o Museu do Louvre. No patrimônio de propriedade privada, por exemplo, o Estado financia 40% dos custos totais das obras de restauração e estimula os proprietários a abri-lo a visitação, cobrindo os gastos de manutenção.

Independente de estar fundamentada no modelo francês, a economia patrimonial apresentada a seguir fornece subsídios importantes para a análise das políticas culturais de financiamento das restaurações do patrimônio arquitetônico fluminense que será feita nos próximos capítulos.

Assim, Benhamou (2007) discute as implicações econômicas dos monumentos históricos, apresentando a economia patrimonial como um setor específico das atividades culturais. A autora observa que a elevação dos custos de manutenção do patrimônio é inevitável, sobretudo pelo processo natural de deterioração deste bem ainda mais quando disponível a visitação.

Além disso, alguns processos de recuperação exigem métodos e habilidades de trabalho qualificadas que tendem a desaparecer. Os salários são mais elevados do que na construção civil, em geral, ao mesmo tempo em que muitas ocupações com técnicas imutáveis no trabalho de restauro estão diminuindo. Isto indica que a Economia de Recuperação Patrimonial apresenta uma incapacidade de gerar ganhos de produtividade, acarretando um aumento constante das necessidades de financiamento.

A autora destaca as contradições da oferta na economia do patrimônio, afirmando que a demanda de patrimônio está vinculada aos serviços que decorrem dele, como visitas, contribuição educativa, diversão etc. enquanto que a oferta compreende o ambiente construído ou os suportes que não estão necessariamente associados aos serviços que se esperam da demanda.

Há uma diferença entre a oferta e o objeto da demanda, como se houvesse uma dupla economia do patrimônio: pela demanda, existe uma economia de serviços patrimoniais e pelo lado da oferta, existe a economia de um objeto. Logo, a "transformação do suporte em serviços não está naturalmente assegurada" (Benhamou, 2007, p.102).

O patrimônio apresenta um valor para o seu proprietário pelas rendas que ele o proporciona e não pelos serviços que são fornecidos, devido à possibilidade de ganho com o pagamento pelas visitas. O ajuste entre oferta e demanda não ocorre de forma automática e o preço que o consumidor está disposto a pagar só pode ser estimado de forma aproximada, já que é impossível fazer um cálculo de demanda de patrimônio ao público para cada monumento. Embora haja controvérsias dentro da economia, a estimativa de preço deve ser feita com base em uma aplicação de questionário aos usuários para saber quanto eles estão dispostos a pagar (Benhamou, 2007, p. 101).

A impossibilidade de o patrimônio financiar uma cadeia produtiva a partir da renda obtida pelo preço de sua visita faz com que os agentes fomentadores sejam uma questão fundamental na economia patrimonial. Benhamou destaca que por ser um bem coletivo, o patrimônio deve ser subvencionado pelo Estado a fim de garantir sua transmissão para as próximas gerações.

Neste sentido, a legislação brasileira também prevê a subvenção estatal de bens tombados, vide o artigo 19 do Decreto Lei 25/37[7]. A subvenção estatal também se justifica porque o mercado não conduz sozinho a um resultado ótimo em termos de restauração, motivando a intervenção política ao impor a escolha que maximiza o bem-estar coletivo.

De acordo com a teoria econômica, os monumentos históricos são:

> "bens únicos e não-reproduzíveis, são bens semipúblicos: geram efeitos externos, prestígio nacional, efeitos turísticos, veiculam valores coletivos, contribuem para forjar a identidade nacional. São a parte fascinante das paisagens nacionais e induzem o viajante a gastar" (Benhamou, p. 103, 2007).

Benhamou descreve rapidamente os procedimentos legais quanto à restauração dos monumentos históricos na França e a atuação do Estado como agente fundamental no processo de subvenção ao patrimônio. A autora aponta que a lei permite que o Estado possa tomar até 50% do montante destinado a restauração dos monumentos históricos. O restante pode ser

[7] De acordo com o artigo 19 do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, os bens nacionais tombados de propriedade privada que requerem reparação devem ser restaurados com expensas da União, quando o proprietário não dispuser de recursos para tanto.

subvencionado pelas comunidades locais e complementado por subvenções indiretas, como deduções fiscais para obras realizadas pelos proprietários. Nenhuma intervenção pode ser realizada sem o consentimento dos *Sevices des monuments historiques,* bem como nenhum prédio tombado pode ser vendido sem a autorização do Ministério da Cultura.

Neste ponto, pode-se fazer uma análise comparativa da estrutura institucional das políticas de financiamento de conservação e restauração dos monumentos históricos entre o Brasil e a França. O Brasil estruturou a atuação pública na cultura em um aparato legal, a Lei Rouanet, que transforma a iniciativa privada em grande investidora da cultura, mas via redução do imposto devido. Neste caso, a verba investida pelas empresas é na verdade pública, pois o Estado renunciou o recebimento desta arrecadação e na maioria das vezes não cobra nenhuma contrapartida (Porto, 2004).

Benhamou aponta que na França, a subvenção pública ao patrimônio privado ocorre mediante ajudas e vantagens fiscais, fazendo com que "recursos públicos sejam investidos em ativos privados sem que esteja prevista uma contrapartida". A autora comenta os casos de direitos de sucessão em que o direito de propriedade do patrimônio nacional pertence à iniciativa privada. O Estado deve subvencionar esse patrimônio em prol da coletividade, mas sem onerar o proprietário uma vez que o tombamento do bem altera o seu valor no mercado.

A autora discute ainda a possibilidade de regulamentar a subvenção aos monumentos históricos, pois a lista de bens protegidos tende a aumentar pelo fato de mais bens serem tombados com o passar do tempo. Consequentemente, aumenta-se a demanda por verbas de restauração pelos aumentos dos custos crescentes causados por cada vez mais bem tombados, esbarrando por sua vez na escassez de recursos por parte do Estado, que adia despesas com restauração até que o visitante corra riscos.

Assim, nesta dissertação, o patrimônio cultural, analisado empiricamente, consiste nos bens imóveis tombados pelo IPHAN, considerados monumentos históricos do estado do Rio de Janeiro, sobretudo pelo seu valor simbólico e arquitetônico. Neste sentido, algumas definições sobre patrimônio, monumento e monumento histórico são necessárias para melhor descrevermos o objeto em análise, que são as políticas de restauração de monumentos históricos e seus efeitos sobre os espaços urbanos.

Desta forma, o Patrimônio histórico refere-se a "um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congreguem por seu passado comum (...) remete a uma instituição e a uma mentalidade" (Choay, 2001, pp 13).

Sobre a distinção entre monumento e monumento histórico, verifica-se em Choay (2001) que o primeiro foi pensado a priori para fazer reviver um passado mergulhado no tempo e está fadado ao desaparecimento, enquanto que o segundo é pensado a posteriori no qual o seu valor cognitivo é relegado sem a mediação da memória "pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte (...) onde os monumentos representam apenas uma parte pequena" (Choay, 2001, pp 25).

O monumento histórico, segundo Choay, exige, ao menos teoricamente, uma conservação incondicional, pois se insere num contexto em que se busca estudar e conservar um edifício por ser ao mesmo tempo um testemunho da história e uma obra de arte. O monumento histórico, pela concepção francesa, é antes de tudo um "objeto historicamente determinado e suscetível de uma análise racional, e só depois objeto de arte" (Choay, 2001, p.160).

Há também o valor de uso que estabelece as condições materiais de utilização dos monumentos históricos pelos seus fins originais ou por novos usos. Os valores de uso dos monumentos os distinguem das ruínas cujos valores são essencialmente históricos. Por isso, na economia patrimonial, muitos monumentos têm condições de gerar rendas a partir da criação de novos valores de usos, tais como a bilheteria, balcões de vendas de produtos, despesas de hotéis, restaurante etc. e por isso muitos monumentos podem ser estimulados a serem reutilizados para estes fins (hotéis, restaurantes, etc.), como forma de preservar sua existência, sobretudo em regiões destituídas de outras indústrias capazes de alavancar o desenvolvimento local e regional.

1.3 A Economia Política do Patrimônio Cultural

A exposição dos conceitos e definições da Economia do Patrimônio Cultural encontra grande suporte teórico nos estudos sobre o valor econômico do patrimônio com destaque para o economista Xavier Greffe que é professor de ciências econômicas (economia das artes e da cultura) na universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), onde dirige o departamento de economia e gestão dos produtos culturais e atua no campo da economia do patrimônio desde a década de 1970, servindo de baluarte teórico nesta disciplina.

A obra, *O valor econômico do patrimônio*, publicada em 1990, constituiu-se em um marco na literatura sobre Economia do Patrimônio Cultural por relacionar a teoria econômica ao campo do patrimônio e dos monumentos históricos. Neste trabalho, Greffe analisa o patrimônio histórico edificado sob a ótica da demanda e da oferta de bens na economia. O autor aponta que o patrimônio é determinado a partir do conjunto de monumentos históricos em determinadas localidades e que a teoria econômica ajuda na compreensão da especificidade do patrimônio como um bem econômico. O patrimônio pode ser definido como um conjunto de monumentos e de paisagens antigas construídas que pode ser útil para o conhecimento da sociedade e sua salvaguarda é de interesse público por motivos artísticos, históricos e culturais.

Greffe investiga a suscetibilidade de criação de emprego e renda pela utilização econômica de monumentos como recurso para o desenvolvimento, buscando entender em que medida a dimensão econômica dos monumentos pode contribuir ou reforçar o bem-estar de uma coletividade. Para o autor, mais importante ainda é demonstrar que a Economia do Patrimônio constitui-se em uma atividade capaz de gerar mais emprego e renda do que outras atividades econômicas.

Entretanto, os efeitos econômicos positivos da renovação e reutilização de monumentos, devido à capacidade de gerar renda e empregos, constituindo-se em recursos para o desenvolvimento, não é algo comprovável empiricamente de forma tão evidente. A economia patrimonial é reconhecida na medida em que é identificada como uma atividade com potencial econômico e alguns exemplos ilustram a importância deste campo.

Um bom exemplo, citado por Greffe, é o da pequena cidade de Guimarães ao norte de Portugal que conta com um importante passado histórico testemunhado pelos seus monumentos civis e militares, que por anos foram deixados ao abandono. Por não contar com

recursos humanos e financeiros capazes de induzir o desenvolvimento em outros setores da economia, os formuladores de políticas públicas de Guimarães viram no potencial de seu vasto patrimônio histórico um agente indutor de atividades econômicas, sobretudo pela capacidade do Turismo de alavancar o setor de serviços na cidade.

O ciclo vicioso de abandono dos monumentos pela ausência de um modelo de desenvolvimento para a cidade, acentuando o empobrecimento da população e impedindo o investimento na recuperação dos monumentos particulares, foi rompido com o direcionamento dos escassos recursos pelas autoridades municipais para a perfeita reabilitação de somente um monumento civil. Os resultados desta estratégia mobilizaram toda a comunidade local para preservação de seu próprio patrimônio histórico, aumentando o número de visitantes do mundo inteiro, aquecendo a economia local, sobretudo pela entrada de divisas e pelo fomento ao setor de serviços com o incentivo do Turismo.

Neste sentido, as imagens apresentadas a seguir são emblemáticas, a primeira por indicar o "nascimento" de Portugal através do patrimônio e a segunda por ilustrar o processo de intervenção patrimonial, com uma grua ao fundo, indicando um aquecimento econômico.





Guimarães transformou-se em um importante centro patrimonial que mobiliza e suporta numerosas atividades econômicas ao seu redor. Este é apenas um exemplo que reporta a possível existência de diversos fluxos econômicos gerados com a constituição, exploração e reutilização dos monumentos históricos. O autor cita também o exemplo do Vale do Loire, região central da França, que concentra inúmeros monumentos, sobretudo Castelos, sendo que atividades de renovação dessas áreas favorecem atividades científicas e econômicas de grande valor agregado (Greffe, 1990).

Greffe aponta quatro pontos de apoio para a construção da agenda da política patrimonial, contextualizando o próprio sentido da economia do patrimônio cultural. O primeiro ponto consiste na criação de uma capacidade mínima de conservação e renovação, o que ele chama de "ecossistema patrimonial" para prevenir a perda irreversível e para desenvolver a capacidade de informação, formação de profissionais na área e ampliação dos produtores culturais e econômicos.

Os outros três pontos importantes para o desenvolvimento de uma política patrimonial são: o estímulo aos detentores de patrimônio a transformar os suportes existentes em serviços; uma engenharia financeira que permita uma demanda solvável e a abertura de oportunidades necessárias às ações de conservação e reutilização e por fim, as inovações jurídicas que permitem aos "demandantes de valor de opção[8]" intervir de forma justa e democrática no cenário da economia patrimonial.

Segundo Greffe, quatro perspectivas permitem ampliar a percepção do campo da economia patrimonial. A primeira consiste na natureza dos objetos protegidos (civil, militar, religioso, industrial etc.). A segunda refere-se à diversidade de fontes de interesses, como a fonte de história, a contribuição cognitiva, a criação artística, a racionalização da emoção estética, testemunha do tempo passado e o valor social do patrimônio. A possibilidade de rememorização do patrimônio a tempos remotos põe em evidência a elaboração de uma consciência comum, a base de valores partilhados, que conferem um valor social ao patrimônio, independente de aspectos estéticos ou artísticos, como é o caso das ruínas.

A terceira perspectiva que amplia a percepção do campo da economia patrimonial consiste na variedade de suas concepções que mudam com o passar do tempo. As concepções sobre os monumentos históricos modificaram-se desde o Antigo Regime, passando pela Revolução Francesa e a formação dos Estados Nacionais, até os dias atuais. A última perspectiva

[8] Esta expressão é oriunda da tradução do termo original em francês erefere-se aos agentes econômicos que de fato decidem em quais monumentos vão alocar os recursos para as intervenções patrimoniais. Podem ser evidenciados muitas vezes pelos mecenas ou patrocinadores culturais.

refere-se à pluralidade de seus modos de utilização, sobretudo, pelos procedimentos jurídicos e legais que permitem a proteção, conservação, animação e reutilização do patrimônio. A animação do patrimônio consiste na organização de manifestações e atividades não permanentes cuja utilização vai além do seu uso principal, mas que seja compatível com ele. Já a reutilização refere-se aos modos de utilização que não corresponde à vocação inicial do monumento (Greffe, 1990).

Essa pluralidade de modos de utilização da economia patrimonial constitui o ponto de partida obrigatório da análise econômica que deve identificar a utilidade e a satisfação do monumento enquanto bem econômico para embasar a decisão de intervir. Greffe (1990) utiliza-se de uma tipologia de utilização possível do patrimônio: aquele aberto ao público para que se descubra a sua especificidade; o patrimônio utilizado como hospedagem pelos hotéis e aquele promovido como suporte de uma política global de redinamização de uma comunidade social, econômica e cultural que são utilizados por fins que vão além do Turismo.

A redução orçamentária e o desprovimento de outros recursos econômicos, que não os patrimoniais, fazem com que "os homens do patrimônio" demandem aos economistas um uso alternativo dos recursos escassos de tal forma que os efeitos positivos dos investimentos sejam os mais elevados possíveis. Eles recorrem aos economistas para legitimar ou precisar suas escolhas, como, por exemplo, para mostrar que suas despesas induzirão uma elevação no nível de renda e de emprego e que as decisões orçamentárias foram tomadas da melhor forma. A dimensão econômica do patrimônio e os termos de financiamento enriquecem o horizonte de soluções com o aporte indispensável às decisões que não sejam estéticas ou artísticas.

Os economistas utilizam os pressupostos da teoria econômica para compreender o patrimônio do ponto de vista da produção de mercadorias. A transformação do patrimônio em mercadoria permite que este seja capaz de criar valor em relação aos bens disponíveis no mercado, mas com uma ressalva, o bem patrimonial caracteriza-se pela irreversibilidade, ao contrário dos bens econômicos tradicionais que são divisíveis e reprodutíveis. Esta característica do patrimônio de ser irreversível e irreprodutível desloca o foco da análise das relações de mercado para um cenário em que o Estado exerce um papel ativo, tanto no papel de legitimar o patrimônio como no de regular as condições de restauração desses tipos de bens.

O papel do economista no campo patrimonial consiste em ilustrar os efeitos de um projeto, as condições e conseqüências econômicas de diferentes decisões de investimento em renovação, reutilização, etc. A natureza da economia consiste em identificar a melhor forma de alocar os recursos escassos em seus diferentes usos alternativos. O economista do campo

do patrimônio não deve preocupar-se apenas em mostrar os efeitos positivos dos investimentos em patrimônio, mas apontar também como a alocação dos recursos escassos podem ser otimizados. O fluxo econômico gerado pelo investimento em bens patrimoniais requer uma análise de projetos alternativos onde seja optado por aquele que apresentou perspectivas mais favoráveis.

Segundo Greffe, o problema da análise econômica das intervenções patrimoniais não reside naqueles grandes monumentos reconhecidos por todo país ou até mesmo em nível mundial. Reside na multiplicidade de pequenos monumentos que ainda não foram restaurados e que podem gerar verdadeiros fluxos econômicos, desde que haja o interesse de dispor de critérios claros de melhoramento, uma vez que suas utilizações implicam na mediação entre preferências individuais e coletivas. Mas que de acordo com os interesses dos mecenas, acabam ficando esquecidos, pois os monumentos contemplados para a restauração são justamente aqueles de maior visibilidade e notoriedade, desfavorecendo o desenvolvimento de uma economia patrimonial na perspectiva do aumento do bem-estar social.

Para uma melhor compreensão da perspectiva de análise econômica face às decisões de investimento, deve-se estabelecer uma distinção entre análise econômica e financeira do patrimônio. No processo de escolha entre qual monumento restaurar, ou então, decidir se determinado monumento será restaurado ou se será deixado ao tempo, deve-se proceder de duas formas: a avaliação econômica e financeira do projeto.

A primeira forma de avaliação leva em conta as dimensões positivas e negativas vinculadas a um projeto, que será efetivo quando desempenhar uma satisfação coletiva ótima com ampla geração de renda e emprego. Já a avaliação financeira leva em conta o estabelecimento orçamentário pelos agentes que financiam os projetos e cujas decisões não são ressentidas somente por aspectos sociais positivos, mas também, pelos interesses do mercado. Esta análise financeira do orçamento do IPHAN-RJ é muito importante, na medida em que ajuda a compreender a atuação da iniciativa privada no mercado cultural.

A análise econômica fornece subsídios importantes para a escolha de um projeto para exploração mais rentável do patrimônio, haja vista o efeito possível de gerar uma série de fluxos monetários. Uma simples despesa de conservação, por exemplo, pode contribuir para a geração e manutenção de empregos, melhora no saldo de divisas, incentivo a novos procedimentos e materiais e até mesmo para ganhos econômicos altamente tangíveis (Greffe, 1990).

A economia do patrimônio se caracteriza por instrumentos e métodos peculiares numa área onde as perspectivas são traçadas principalmente por critérios artísticos, históricos

e estéticos. Por isso algumas definições econômicas sobre patrimônio devem ser ressaltadas a fim de que se evitem ambiguidades. O entendimento do conceito de demanda e oferta de patrimônio constitui-se no primeiro passo para a adequação do campo do patrimônio ao discurso econômico.

Greffe aponta que geralmente a análise econômica se aplica a bens e serviços substituíveis e reprodutíveis, exatamente os requisitos que os patrimônios não cumprem enquanto bens, pois eles são insubstituíveis e irreprodutíveis. Porém, o autor defende que existe uma dupla economia do patrimônio, pois diferentemente dos outros bens econômicos, o patrimônio apresenta naturezas distintas de sua oferta e demanda. Assim, existem dois extratos na economia patrimonial:

a) Demanda de patrimônio: corresponde aos serviços patrimoniais, como visitas, contribuição educativa, diversão etc. que são substituíveis e reprodutíveis. É uma demanda de serviços de ordem estética, artística, cognitiva, econômica etc. serviços que supõem organização inicial do bem patrimonial.

b) Oferta de patrimônio: corresponde aos suportes patrimoniais, como o ambiente construído, que são insubstituíveis e irreprodutíveis. Refere-se ao direito de visitar, de ver o monumento, refere-se à própria existência e inventário do patrimônio disponível ao usufruto coletivo.

Desta forma, percebe-se um conflito na perspectiva de mercado pelas contradições da oferta na economia do patrimônio, pois não há um equilíbrio automático entre a oferta de um objeto, que é o monumento em si, e a demanda pelos serviços que se esperam deste monumento quando aberto a visitação. Há uma diferença entre a natureza da demanda e da oferta que limita a transformação dos suportes recebidos em serviços, por isso a necessidade de criação do que Greffe chama de "ecossistema patrimonial" para que o patrimônio gere uma verdadeira economia alimentada pela sua rede de demanda.

Portanto, o referencial teórico abordado nesse primeiro capítulo fornecido pela literatura e experiência francesa no campo da Economia do Patrimônio Cultural nos ajuda a entender algumas dinâmicas da realidade brasileira, sobretudo a questão central discutida neste trabalho que é a forma como as políticas públicas estão estruturadas para o financiamento das obras de restauração do patrimônio arquitetônico fluminense.

O próximo capítulo se concentrará na discussão sobre políticas culturais de restauração do patrimônio histórico no Brasil. Será apresentado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) que inaugurou um processo de intervenção patrimonial no qual as empresas que investem através da renúncia fiscal por parte do Estado controlam a organização da oferta

de patrimônio, políticas de manutenção de um objeto, escolhendo projetos de restauração de acordo com o *marketing* cultural, sem compromisso em expandir as intervenções patrimoniais para regiões alijadas de visibilidade. Buscar-se-á investigar em que medida o PRONAC enquanto principal instrumento fomentador da preservação patrimonial não garante uma contrapartida social dos mecenas, que ao organizarem a oferta de patrimônio, são responsáveis pela valorização da demanda de patrimônio, ou dos diversos serviços necessários para instaurar uma economia patrimonial.

Capítulo 2 - Políticas culturais no campo do patrimônio

Neste capítulo, o foco de análise incide sobre as políticas culturais no campo do patrimônio, mais especificamente o PRONAC, objetivando compreender como se estruturam as leis de incentivo à cultura, sobretudo a Lei Rouanet, que são determinantes para o orçamento anual do IPHAN-RJ. As leis de incentivo fiscal referem-se às três esferas de governo: os municípios oferecem abatimento no recolhimento do IPTU e do ISS[9] para os investimentos em cultura, os estados tem como base de incentivo o ICMS e a União tem como base o IR, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas.

Desta forma, será apresentada na próxima seção a Lei Rouanet que consiste em uma política de incentivo à cultura do Governo Federal cuja fonte de recursos é essencial para o orçamento do IPHAN-RJ que atua através da aprovação dos projetos e fiscalização de obras de restauração de monumentos históricos tombados por esta instituição. A forma como esta lei possibilita o investimento privado, através de mecanismos de incentivo fiscal, e o respectivo controle das empresas sobre o processo de restauração dos monumentos históricos será objeto de análise neste capítulo.

Neste sentido, objetiva-se compreender o papel desempenhado pelos agentes envolvidos no processo de intervenção patrimonial, partindo dos proponentes dos projetos de intervenção patrimonial que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, que quando são aprovados pelo MinC, captam recursos na iniciativa privada, via Lei Rouanet, para executar as obras de restauração sob o acompanhamento e a fiscalização do IPHAN.

O entendimento das leis de incentivo à cultura permite verificar como a gestão do patrimônio está relacionada a mecanismos de enquadramento dos projetos às leis, à prestação de contas a sociedade e ao convencimento do apoio do mercado para a captação de recursos. A forma como está estruturada este processo contribui com a produção de determinados efeitos como a espetacularização urbana, a gentrificação e a mercantilização da cultura.

[9] A título de exemplo, vale citar o Projeto da produtora cultural M'Baraka com captação de recursos municipais de patrocínios garantidos pela lei de incentivo à cultura, via abatimento do ISS, para realização da Mostra "A Voz do Povo – Memórias do Rio em Ditos", em 2010 na cidade do Rio de Janeiro. A Mostra proporcionou um diálogo entre o povo, o espaço urbano, seus patrimônios e memórias por meio de instalações e intervenções e com a irreverência dos ditados populares, que anunciam curiosas memórias da cidade. A Mostra buscou popularizar o rico conteúdo do patrimônio ao contar suas histórias e criar uma relação afetiva entre cidadão e cidade, despertando a necessidade de cuidar do patrimônio. A exposição foi a céu aberto, com instalações montadas pela cidade do Rio de Janeiro, em um circuito que se iniciou no Largo do Machado e passando pelo Catete, Glória, Lapa, culminando no Centro da cidade, com instalações na Cinelândia e Praça XV.

2.1 Leis de incentivo à Cultura: da criação do PRONAC à gestão do patrimônio histórico

Nesta seção, será apresentada a gestão do patrimônio histórico através dos mecanismos de financiamento das obras de restauração pela Lei Rouanet. Para tanto, será preciso apresentar também uma série de conceitos trazidos neste cenário em que as políticas culturais assumem uma concepção mercadológica.

A Lei nº 7505 de 2 de julho de 1986, também conhecida como a Lei Sarney, foi a primeira lei federal de incentivo à cultura no Brasil ao dispor sobre os benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Esta lei permitiu que o contribuinte do imposto de renda abatesse 2% no caso de pessoa jurídica e 10% no caso de pessoa física, de sua renda bruta aplicada sobre transferências às atividades culturais. Além disso, permitiu ao contribuinte deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei.

A Lei Sarney permitia a transação direta do patrocínio entre empresas e produtores culturais sem que o projeto estivesse previamente aprovado pelo Ministério da Cultura, facilitando as fraudes e os desvios de dinheiro público e por isso acabou sendo reformulada e substituída posteriormente pela Lei Rouanet.

A lei nº 8313 foi promulgada pelo Governo Federal em 23 de dezembro de 1991 para incentivar a aplicação de recursos de empresas e pessoas físicas em projetos culturais. Conhecida como a Lei Rouanet[10], esta lei restabeleceu os princípios da Lei Sarney, determinando os processos de aprovação dos projetos culturais para o abatimento de 4% do Imposto de Renda devido pelas empresas e 6% da pessoa física.

Os projetos culturais são apresentados detalhadamente ao Ministério da Cultura (MinC) que analisa tecnicamente o orçamento para decidir se haverá cortes, verificando a documentação da empresa ou pessoa responsável pelo projeto que é chamada de proponente. Podem ser proponentes de projetos culturais pessoas físicas, desde que tenham ligação

[10] Sérgio Paulo Rouanet exerceu o cargo de Secretário de cultura do Presidente Collor e foi responsável pela modificação da lei Sarney de incentivos fiscais à cultura, sendo chamada de Lei Rouanet em sua homenagem.

intrínseca com o projeto em questão, e pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, desde que apresentem natureza cultural.

De acordo com o artigo 19 da Lei 8313, Os projetos culturais são apresentados ao Ministério da Cultura, ou a quem este delegar atribuição, acompanhados do orçamento analítico para aprovação e enquadramento aos objetivos do PRONAC. Segundo o § 6°do artigo 19, a aprovação somente terá eficácia após publicação de ato oficial, contendo o título do projeto aprovado e a instituição por ele responsável, o valor autorizado para obtenção de patrocínio ou doação e o prazo de validade da autorização.

De acordo com o artigo 23, considera-se patrocínio, a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura, pelo contribuinte do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de gastos, ou a utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a realização, por outra pessoa física ou jurídica de atividade cultural com ou sem finalidade lucrativa.

Os projetos aprovados são publicados no Diário Oficial e o proponente poderá apresentá-los às empresas que concederão patrocínio ou doação e receberão a isenção fiscal dentro dos limites especificados. As empresas depositam na conta do projeto aberta pelo MinC, buscando cumprir seus objetivos de marketing, comunicação, e responsabilidade social. Essa conta será movimentada pelo proponente, que ao final do projeto terá que prestar contas ao MinC do valor utilizado.

Vale destacar, que tanto a Lei Sarney quanto a Lei Rouanet foram criadas dentro da reforma administrativa do Estado, que passou a gerir suas políticas de forma descentralizada. Desta forma, ao lado do Estado, surgiram as figuras dos proponentes e dos patrocinadores, novos agentes no processo de condução das políticas públicas formuladas a partir de então.

Esta forma de financiamento à cultura via captação de recursos pelas leis de incentivo se tornou um modelo de gestão cultural de instituições públicas, privadas ou mistas que supõe a existência de um “Desenvolvimento institucional” (DI) para a prospecção de receitas geradas pelas fontes de financiamento. O IPHAN-RJ, mesmo não contando com um setor específico de DI, vem executando grande parte dos projetos de intervenção patrimonial com recursos captados através do PRONAC.

Dentre as formas de captação, destaca-se o mecenato que disponibiliza os recursos aos proponentes de restaurações patrimoniais através do patrocínio empresarial. O IPHAN-RJ mesmo não sendo uma empresa, planejou-se estrategicamente de forma a se beneficiar do financiamento de suas políticas públicas através do patrocínio das intervenções patrimoniais

pelo mecenato.

Segundo, Reis (2003) o patrocínio está relacionado à estratégia de comunicação empresarial e consiste em uma forma de investimento em projetos culturais que pressupõe um ótimo retorno financeiro às empresas, pois ao investir em cultura, as empresas transmitem à sociedade um sistema de valores humanistas que lhes garante uma posição estratégica no mercado competitivo.

O patrocínio empresarial promove "a associação de empresas, produtos e serviços em ações que têm percepção de valor para seus públicos e transmitem a identidade de suas marcas", exaltando atributos, nível de conhecimento e atratividade do público em suas decisões de compra, alavancando uma cadeia de valores da marca que geram uma projeção de lucros futuros muito superiores aos valores empregados no patrocínio (Reis, 2003).

Brant (2002) observa que as empresas utilizam o procedimento jurídico do patrocínio cultural financiando projetos de terceiros, que no caso do patrimônio cultural pode ser verificado pela atuação de grandes empresas como Vale, Petrobrás, Eletrobrás etc. A atuação dessas empresas em projetos de intervenção patrimonial ocorre muitas vezes elaborando procedimentos através de fundações privadas e da sociedade civil vinculadas às empresas para executarem projetos que estão intimamente relacionadas com sua marca comercial, como é o caso do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) que consiste em uma ferramenta mercadológica auxiliar da estratégia geral de negócios do banco.

No caso do projeto de mudança de sede do Museu Imagem e do Som do Centro para Copacabana na cidade do Rio de Janeiro, a parceria foi estabelecida entre a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho[11] que propuseram através de uma licitação pública vencida pela empresa Econometrika – Consultoria Empresaria Ltda, a realização de um estudo de valoração econômica dos benefícios do Museu da Imagem e do Som – MIS que justificasse a mudança da sede.

Trata-se de uma pesquisa de valoração contingente com o objetivo de determinar os valores monetários dos serviços turísticos e culturais do MIS através de um instrumental estatístico capaz de estimar as medidas de disposição a pagar, os benefícios associados ao novo MIS e análise de custos-benefícios que indica a viabilidade econômica do projeto.

Dentre os produtos a serem entregues pela empresa, incluem-se a realização de uma

[11] A Fundação Roberto Marinho funciona como uma casa de parcerias, trabalhando com empresas, governos, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas de todo o país no desenvolvimento e implementação de seus projetos.

pesquisa de campo com mais de 1000 entrevistados, entre residentes e turistas, a análise descritiva e de regressão dos dados referentes a estas entrevistas e uma análise custo-benefício dessa nova sede. Também foram estimados o valor de não-uso ou o valor de existência do novo MIS, mas questões importantes tiveram que ser desconsideradas por implicar em risco a metodologia da pesquisa, como: o valor de uso para os residentes, a receita extra com turismo na cidade e o valor de existência para não residentes do Rio de Janeiro.

Desta forma, o objeto da pesquisa do novo MIS dialoga com o que está sendo discutido neste trabalho, no caso, considerando que um museu pode se transformar em um tipo de patrimônio mesmo sendo uma construção recente sem valor histórico, mas que carrega consigo uma atividade cultural que vai além do tombamento em si do bem. Além disso, dialoga e confirma aquilo que fora exposto no capítulo anterior, com relação ao que foi considerado sobre a estimativa de preço cobrado em museus e patrimônios históricos que deve ser feita com base em uma aplicação de questionário aos usuários para saber quanto eles estão dispostos a pagar (Benhamou, 2007, p. 101).

E também confirma o que foi apresentado sobre o papel do economista em estudos culturais, sobretudo a análise sobre a viabilidade econômica de um projeto, levando em conta as dimensões positivas e negativas vinculadas, mostrando através dos resultados que o projeto cumpre desempenhar uma satisfação coletiva ótima com ampla geração de renda e emprego. A breve descrição desta pesquisa serviu para torná-la emblema de um tipo de gestão cultural que está se estruturando no Brasil e que continuará a ser apresentada nesta seção.

Assim, a Lei Rouanet instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural implementado pelos mecanismos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e Incentivo a projetos culturais. Os projetos são enquadrados em dois artigos da lei: no artigo 26, o abatimento do Imposto de Renda é no valor de 30% do valor do Patrocínio, sendo o restante, investimento. No artigo 18, o abatimento no Imposto de Renda é de 100% do valor do Patrocínio sem nenhum investimento.

De acordo com o artigo 5º da Lei 8313, O FNC é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme estabelecer o regulamento. O FNC beneficia geralmente projetos de instituições públicas ou instituições privadas sem fins lucrativos que dificilmente receberiam apoio do setor privado pela falta de visibilidade ou de identificação deste a estes projetos.

Segundo Reis (2003), os mecanismos de investimento cultural instaurados pela Lei Rouanet trouxe maior profissionalismo na gestão e elaboração de projetos, reconhecendo os agentes e produtores culturais no enquadramento à lei e intermediação dos projetos com os interesses do mercado, além de permitir que os custos dos serviços prestados por esses agentes, inclusive suas remunerações, fossem incluídos na elaboração dos projetos que passaram a ter melhor qualidade para aprovação.

Entretanto, Yamada (2011) considera que ainda seja preciso investir muito na capacitação dos gestores culturais na diversificação dos recursos captados para que as instituições culturais não fiquem "reféns" de patrocinadores e dos interesses do mercado. Geralmente, agentes captadores de recursos não estão integrados na gestão de bens culturais e são considerados prestadores de serviços terceirizados, estando focados na captação pontual de recursos no mercado por projetos culturais, demonstrando que o foco de ação das políticas culturais não são as instituições e as políticas públicas, mas sim os projetos culturais.

Desta forma, a atuação empresarial ainda está muito restrita aos incentivos fiscais e muitas vezes motivada por interesses pessoais dos diretores de marketing com os proponentes beneficiados. Além disso, o produtor cultural e consultor de patrocínio empresarial, Yakoff Sarkovas comenta que no Brasil:

> "o financiamento por dedução fiscal transfere e pulveriza aleatoriamente o dinheiro e a responsabilidade pública para as empresas e por isso não é o instrumento adequado para a "desconcentração e democratização dos recursos; ampliação da responsabilidade do Estado e do público beneficiado; qualificação do processo de seleção dos projetos; facilitação e apoio aos pequenos empreendedores; desburocratização e melhoria dos instrumentos de gestão" (SARKOVAS, 2005, p. 4).

Com relação ao patrimônio cultural, verifica-se que uma das atribuições do PRONAC na captação de recursos, seja através do FNC, do Ficart ou do Mecenato, consiste em preservar e difundir os bens do patrimônio cultural e histórico brasileiro principalmente mediante a conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos.

No caso do incentivo aos projetos de patrimônio cultural, equiparam-se às doações, as despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombados pelo IPHAN.

No artigo 26, verifica-se que o doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como

base os seguintes percentuais: I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios; II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

Sendo que a doação ou o patrocínio não poderá ser efetuada a pessoa ou instituição vinculada ao agente e por isso, muitos patrocinadores e doadores bem como monumentos considerados patrimônios históricos, como museus, teatros e bibliotecas vêm criando instituições culturais sem fins lucrativos, como ONGs e Associação de amigos para proporem projetos de intervenção.

O modelo de gestão do patrimônio cultural a partir do marco legal apresentado pela Lei Rouanet estabelece uma rede de relações ainda pouco regulamentadas entre Estado, mercado e sociedade civil. O poder público federal pode financiar atividades relacionadas à economia patrimonial, como as restaurações dos monumentos arquitetônicos, de forma indireta, através da lei de incentivo fiscal, ou de forma direta, quando os recursos são definidos pelo Orçamento Geral da União (OGU) e repassados para o MinC e suas instituições subordinadas.

Os investimentos indiretos em patrimônio cultural do Estado, através das leis de incentivo, proporcionam uma série de incentivos às empresas, como por exemplo, o direito de investir até 20% do valor do projeto patrocinado em propaganda e divulgação. O setor privado tem o direito de decisão do investimento em cultura com o uso do dinheiro dos contribuintes, mas não está preocupado com a democratização da cultura, nem com a preservação da identidade nacional porque falta na Lei a necessidade de estabelecer contrapartidas sociais por parte das empresas (Reis, 2003).

Ao contrário, as motivações do setor privado no investimento em atividades culturais, inclusive dos mecenas no campo do patrimônio cultural, estão voltadas a satisfação de seus interesses comerciais cujos objetivos são estabelecidos pelas estratégias de comunicação, de marketing, de divulgação da marca, de aprimoramento da imagem etc.

Além disso, o setor privado através do mecenato, que é a forma de atuação que mais se destaca no campo do patrimônio cultural e da cultura em geral, define o público alvo atingido pelos seus investimentos em restauração patrimonial nos consumidores das classes médias urbanas e a opinião pública de um modo geral que reconhecerão essa consciência patrimonial das empresas.

Portanto, o que se pretende demonstrar nesta pesquisa consiste no fato de que pela forma como se estão estruturadas as políticas de financiamento das obras de restauração

patrimonial, por intermédio do PRONAC, provoca-se uma desigualdade na distribuição desses investimentos no estado do Rio de Janeiro. Tal desigualdade de alocação espacial de recursos é fruto de uma lógica que orienta a privatização de políticas públicas, buscando diminuir a participação direta do Estado na execução das políticas sociais, direcionando a verba pública de forma indireta para aumentar as prerrogativas do setor privado. A cultura acaba por se tornar um instrumento de poder dentro da lógica capitalista, deixando de ser uma área de acessibilidade dos recursos plenamente democrática para se firmar como uma política de editais orientadas por interesses mercadológicos.

2.2 Efeitos das intervenções patrimoniais sobre os espaços urbanos: a espetacularização na cidade do Rio de Janeiro

Nesta seção, serão apresentados os efeitos das políticas públicas de financiamento de obras de restaurações dos monumentos históricos fluminenses sobre os espaços urbanos. Esses efeitos são devidos mais aos aspectos de valorização econômica que o monumento restaurado adquire na cidade que o efeito multiplicador sobre a renda que esses investimentos proporcionam na economia.

Os monumentos históricos têm um papel chave na promoção da imagem da cidade, o que justificou a estratégia de espetacularização das intervenções em centros urbanos, que desde a década de 1990, vem restaurando patrimônios arquitetônicos no centro, região onde a cidade do Rio de Janeiro se originou e que vem se transformando em local de extrema visibilidade para mercados de consumo e atração de grandes investimentos.

Quanto ao processo de espetacularização, apresenta-se a seguir uma breve abordagem teórica necessária para a análise dos recursos captados pelo IPHAN-RJ no terceiro capítulo e que ilustra como intervenções em centros históricos transformam-se em um modelo de desenvolvimento urbano. Favorecido não só pelo financiamento via leis de incentivo à cultura, mas também por outros mecanismos que também serão apresentados nesta seção, o modelo de gestão do patrimônio atual estimula a valorização econômica dos monumentos, de acordo com a sua visibilidade e inserção no espaço urbano, em contextos que destacam a imagem da cidade como um produto a ser consumido.

Paola Berenstein Jacques (2005) discute em seu artigo, em cadernos "Territórios Urbanos e Políticas Culturais" (PPG – AU / FAUFBA), a crise da noção de cidade e o processo de espetacularização das cidades contemporâneas ou a "mercantilização espetacular das cidades". Segundo a autora, este processo decorre das ideias correntes de "não-cidade" seja pelo processo de congelamento (cidades-museus e patrimonialização desenfreada) seja por difusão (cidade genérica e urbanização generalizada). Jacques afirma que o que é vendido internacionalmente é a marca da cidade ou a imagem de cidade padrão internacional, fazendo com que as cidades ocupem uma posição estratégica no mercado competitivo internacional na disputa pelo Turismo e pelos investimentos estrangeiros para a realização de grandes feiras de negócios, convenções, grandes eventos esportivos etc.

As políticas urbanas são embasadas por um modelo homogeneizador do espaço imposto pela parceria entre o capital imobiliário e os governos locais na busca por

financiamento de mega projetos de revitalização e marketing urbano que também estão intimamente associados à espetacularização urbana. Sobretudo no que diz respeito aos grandes equipamentos culturais, franquias de museus e suas arquiteturas monumentais que constituem o espetáculo ou em chamariz para atrair e vender o slogan da cidade no mundo.

"O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem" (Debord, 1967 apud Jacques, 2005), os monumentos arquitetônicos se tornam referência para a imagem que se quer de uma cidade que se desenvolve estimulando o fascínio pelo cenário patrimonial espetacularizado. Mas esse desenvolvimento não é homogêneo, ocorre em algumas micro-áreas da região central da cidade do Rio de Janeiro e também está influenciado por um forte movimento de especulação imobiliária que pode não se sustentar.

Além disso, outra autora, Lilian Fessler Vaz (2005), aponta que a espetacularização favorece práticas não-participativas, a alienação e a passividade da sociedade. O cidadão passa a ser um mero figurante no cenário turístico, contribuindo com processos de gentrificação, quando a espetacularização favorece o enobrecimento das áreas urbanas centrais e a expulsão da população moradora, levando à valorização imobiliária e ocupação dessas áreas pelas classes sociais mais abastadas.

Os sítios históricos ou regiões históricas das cidades, que geralmente coincidem com o centro, são as partes mais antigas das cidades, e as políticas e o planejamento urbano das últimas décadas estão embasados por um modelo de gestão patrimonial mundial que exige normas de intervenção que não são pensadas de acordo com as singularidades locais, acarretando no processo de "museificação urbana". Os turistas visitam os centros históricos das cidades pelo mundo como se estivessem visitando um grande museu a céu aberto e a memória da cultura local é perdida com os grandes cenários turísticos. O processo de incorrer à monumentalização e patrimonialização excessiva resulta na museificação urbana, engessando a dinâmica sociocultural e socioespacial (Vaz, 2005).

A modalidade de planejamento que favorece a preservação, reabilitação ou recriação de sítios históricos é resultado do que Vaz (2005) chama de "regeneração cultural" ou "culturalização" uma das faces do processo de espetacularização urbana.

Segundo Vaz, nos anos 1980/90 surge o "projeto urbano" paralelo ao "planejamento estratégico" e ao "marketing urbano" em uma parceria e atuação ativa dos governos locais com a iniciativa privada cujo exemplo maior é Barcelona. A intervenção urbana é caracteristicamente pontual e concentrada onde os vultuosos recursos são investidos em locais dotados de visibilidade, constituindo uma nova imagem urbana.

A autora firma que é:

> "principalmente através da cultura que as cidades poderão se individualizar, acentuando suas identidades, marcando seu lugar no panorama mundial. A importância da economia cultural na cidade envolve, portanto, aspectos diferentes e entrelaçados, em que se destacam a indústria cultural, a indústria do turismo e a economia simbólica" (Vaz, 2005).

Neste sentido, as políticas culturais desenvolvidas a partir dos anos 1980 foram marcadas por uma visão neoliberal de desenvolvimento urbano e regional, onde os subsídios à participação popular e a democratização do espaço público deram lugares a uma política de incentivos e isenções para investimentos das grandes corporações empresariais. Este projeto urbano geralmente associa a recuperação do ambiente histórico existente, que faz alusão à cultura local, com a implementação de equipamentos culturais âncoras cujo uso atribui a chancela cultural do projeto. É através da cultura, do antigo patrimônio histórico reabilitado e das novas instalações culturais, que as cidades adquirem o máximo de visibilidade e as imagens, o máximo de divulgação (Vaz, 2005).

A pesquisa realizada por Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard de Castilho (2009), *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultado,* fornece subsídios importantes para investigação do objeto de análise desta seção que é o local urbano onde se expressam processos de intervenção patrimonial em marcha na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, o circuito "Elizabeth Arden" que será descrito posteriormente.

Na obra de Vargas e Castilho (2009), são apresentados os períodos que contextualizam as intervenções em centros urbanos desde os anos 1950 até 2004, na Europa, Estados Unidos, América Latina e Brasil. Os "processos de retorno ao centro" cujos objetivos estratégias e resultados das intervenções em centros urbanos distinguem-se em três períodos: A Renovação Urbana (1950-1970), A Preservação Urbana (1970-1990) e a Reinvenção Urbana (1980-2000).

Para a abordagem da espetacularização urbana gerada pelos usos das leis de incentivo à cultura no campo do patrimônio cultural, o mais importante da obra das autoras consiste na indicação de que processos de intervenção patrimonial transformam o espaço urbano, sobretudo o centro histórico por remontar à própria origem do núcleo urbano. O centro caracteriza-se pela sua diversidade cultural e histórica conflituosa onde os edifícios de todas as classes sociais merecem ser preservados, não só aqueles de maior destaque, conhecidos mundialmente.

Antes de estabelecer modelos de intervenção patrimonial, é preciso saber qual a importância de políticas de intervenção em centros urbanos para evitar a produção de

resultados inesperados que ofuscam conflitos e desigualdades socioespaciais, sobretudo com a criação de lugares espetaculares e preparação da cidade do Rio de Janeiro aos eventos internacionais.

Para Vargas e Castilho (2009) há inúmeras motivações que conduzem a um cenário positivo para as intervenções em centros urbanos, podendo destacar aspectos a serem valorizados, como: referência e identidade, história urbana, sociabilidade e diversidade, infraestrutura existente, mudanças nos padrões sociodemográficos, deslocamentos pendulares e distribuição e abastecimento.

As autoras defendem a importância de intervenções adequadas em centros urbanos, apontando a possibilidade de efeitos inesperados, mas valorizando boas propostas que ficam evidentes no trecho a seguir:

> "recuperar o centro das metrópoles nos dias atuais significa, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também, promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infraestrutura estabelecida; dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem; gerar novos empregos. Em suma, implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção (Vargas e Castilho, 2009)."

Segundo as autoras, o termo intervenção foi importado das ciências biológicas para identificar processos de deterioração e degradação urbana, buscando atuar para reverter este quadro, sobretudo a partir da década de 1950, com a expansão do espaço urbano. O termo degradação refere-se também a reverberação da deterioração das estruturas físicas na degradação social, com o empobrecimento e marginalização da população moradora.

Dentre os períodos considerados de 1950 a 2004, o que mais interessa neste capítulo é a apresentação e uma breve comparação do período da preservação urbana (1970-1990) com o período da reinvenção urbana (1980-2000) para o entendimento das práticas deste processo na cidade do Rio de Janeiro. Esses períodos não são bem delimitados e acontecem de forma não linear e distinta entre os países, regiões e municípios e por isso a contextualização deste processo ajuda a entender os efeitos da mera existência de monumentos arquitetônicos sobre os espaços urbanos.

No período compreendido pela Preservação Urbana, entre 1970-1990, as intervenções em centros urbanos eram pautadas pela preservação de edifícios históricos. A preservação do patrimônio histórico arquitetônico era relacionada ao planejamento urbano, com o ob-

jetivo de gerar identidade e valorizar a memória do que era salvaguardado. No Brasil, as estratégias de intervenção ocorreram principalmente através de ações normativas, sobretudo com a criação do SPHAN e da Fundação pró-memória e pela visão mais democrática do processo de preservação. As intervenções eram isoladas e resumiam-se a restauração de edificações e ações regionais de incentivo ao turismo cultural, sobretudo no nordeste (Vargas, 2009).

A Reinvenção Urbana de 1980-2000 contextualiza-se pelo domínio da microeletrônica que revolucionou as formas de comunicação instantâneas, levando a maior autonomia das relações econômicas de produção e consumo aos espaços físicos, fazendo com que o território deixe de ser prioritariamente o locus da produção para ser o do consumo. O território, local onde as práticas sociais se realizam e os sujeitos exercem sua identidade, transforma-se em mercadoria subsidiada a partir da parceria do poder público com o capital imobiliário, o setor privado e o terceiro setor que juntos produzem localizações privilegiadas, organizando o mercado internamente e consolidando a imagem da cidade para captação de recursos, projetos, investimentos, Turismo etc.

Os objetivos das intervenções urbanas neste período eram recuperar a base econômica no âmbito da gestão municipal, do marketing urbano e do planejamento estratégico, buscando condições de geração de emprego, renda e novas perspectivas em um cenário global cada vez mais competitivo, principalmente entre as cidades que passaram por um processo de desindustrialização, no último quarto do século XX, e ficaram ávidas pela atração dos mais diversos tipos de investimentos. O patrimônio histórico passou a ser visto como um componente indutor do desenvolvimento por trazer consigo um valor simbólico com capacidade inesgotável de geração de riqueza quando estimulados por políticas de intervenções e financiamento.

Nos Estados Unidos, durante o período de 1982 a 1985 foram gastos mais de US$ 10 bilhões de dólares na execução de projetos de preservação histórica viabilizadas, sobretudo pelas reformas fiscais, incentivos federais e financiamento facilitado, impulsionando todo mercado imobiliário com o aumento do valor da terra urbana beneficiada por esses investimentos (Rifkind, 1998 apud Vargas, 2009).

No Brasil, destaca-se a criação do Programa Monumenta, em 1999, que era atrelado a um Fundo Municipal de Preservação gerido por conselho composto por todas as instâncias de poder público, sociedade civil e setor privado para orientar as políticas de preservação do patrimônio. No Rio de Janeiro, as intervenções patrimoniais neste período foram pontuais e visavam a recuperação e revalorização de apenas algumas áreas da região central que pelo seu

efeito catalisador buscava espraiar os benefícios positivos da imagem para outras áreas da cidade.

As concepções urbanísticas que guiaram processos de intervenção nos Estados Unidos e Europa, a partir dos anos 1980, espraiaram-se pelo mundo em projetos de intervenção adaptados ao contexto local. Geralmente, estes projetos comungaram a mesma estratégia, através da aliança do poder local com o capital imobiliário, buscavam a melhoria da imagem dos centros urbanos e da reocupação de espaços desvalorizados para realizarem lucros extraordinários.

Além disso, processos mais ou menos espontâneos surgiram com a restauração de áreas históricas, onde as intervenções permitem resignificados para aqueles monumentos que são usados como âncoras da construção de espaços urbanos em objetos de consumo. Esses símbolos da cultura local restaurados permitem um tipo de espetáculo que atrai visitantes do mundo inteiro e alimenta toda economia local.

Outra obra importante com relação à abordagem teórica sobre intervenções patrimoniais e espetacularização urbana é a pesquisa de Márcia Sant'Ana (2005), *A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90*, que dialoga com a obra de Vargas (2009) apresentada anteriormente. Em sua obra, Sant'Ana afirma que o patrimônio ressurge nos anos 1990 no Brasil como importante recurso econômico para promover o desenvolvimento do turismo, do setor de serviços e a porta de entrada para implementação de projetos, requalificação de espaços públicos e reabilitação de monumentos históricos. A preservação e a produção de patrimônio assumiram um caráter de atuação local enquanto que os programas de financiamento da esfera federal esvaziaram a importância do IPHAN e aumentaram a influência do Ministério da Cultura e de seus novos parceiros.

A autora descreve o processo de intervenção do patrimônio nas áreas centrais nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Para esta pesquisa, importa descrever como ocorreu esse processo na cidade do Rio de Janeiro para entender processos de espetacularização, dialogando com a análise das informações de orçamento do IPHAN-RJ nos anos de 2006 a 2011, com os recursos provenientes do PRONAC, apresentados no próximo capítulo.

O Rio de Janeiro no começo dos anos 1990 apresentava uma área central de negócios moderna cercada como uma "ilha" por setores bastante protegidos, mas com uma tendência à popularização crescente, sobretudo nos bairros do entorno. O núcleo central da cidade tinha um uso comercial, de serviços e institucional dotada de boa qualidade de infraestrutura e serviços urbanos que destoavam dos bairros periféricos "cujo quadro de deterioração e

subutilização permaneceu inalterado" (Sant'Ana, 2005), como foi o caso de bairros da Região Portuária (Gamboa, Saúde e Santo Cristo), além da Cruz Vermelha, Catumbi, Estácio e Rio Comprido.

O objetivo das intervenções naquele momento era dinamizar, intensificar e reforçar a utilização das áreas centrais e do seu patrimônio, transformando o perfil de uso popular que ameaçava se instalar em locais estratégicos economicamente ou com grande valor simbólico. Buscou-se o desenvolvimento urbano, mas com alcance pontual e sem grande elaboração, incentivando a valorização imobiliária com a realização de atividades culturais e de lazer, conjugadas com medidas de controle de acesso e de uso dos espaços requalificados, bem como da expulsão drástica de moradores de rua, como ocorreu no caso da Chacina da Candelária em 1993.

As principais intervenções ocorreram nas principais artérias, como Avenida Rio Branco e Rua Primeiro de Março, e nos núcleos mais dinâmicos do centro, mas a autora considera que o relativo fracasso dessas ações de requalificação como pólo de atração foi devido ao desinteresse do mercado imobiliário e das classes de renda mais altas pelas regiões centrais e também porque as ações não interferiram nos processos urbanos estruturais, sobretudo pelo caráter apenas complementar dos projetos de habitação com relação à requalificação e dinamização econômica do núcleo central, deixando os bairros periféricos com o mesmo quadro de deterioração e subutilização.

Sant'Ana considera que a iniciativa privada, ao contrário do que ocorreu com Salvador e São Paulo onde ficou marcada pela indiferença, respondeu de forma relativamente esperada com a estratégia do poder público de criar uma área de atração de investimentos. Quanto às intervenções habitacionais, elas ocorreram de modo disperso, sobretudo para classes de renda baixa de acordo com a disponibilidade de aquisição e desapropriação em imóveis antigos e em ruínas com aproveitamento intenso dos lotes. Devido ao alto custo de produção habitacional em sítios históricos e das limitações de financiamento, apenas as fachadas foram preservadas com as intervenções de modo a ocupar intensamente com remembramentos e subdivisões dos espaços internos.

Desta forma, Sant'Ana considera que o modelo de re-incorporação de áreas centrais dos anos 1990 foi inadequado ao nosso contexto socioeconômico, sendo marcado pela reanimação de atividades econômicas no núcleo com maior potencial de renovação e as atividades relacionadas à produção habitacional foram concentradas nos bairros periféricos ou em regiões de grande concentração de imóveis de valor histórico. As futuras intervenções de

preservação, segundo a autora, para terem relevância urbana, social e cultural devem conciliar a dinamização econômica e valorização do patrimônio com ações orientadas para a melhoria das condições habitacionais e de vida da população residente.

As intervenções patrimoniais nos anos 1990 foram marcadas por uma concepção utilitarista e fachadista favorecida, sobretudo pela lógica financeira e promocional com o vínculo dessas ações ao entretenimento, ao lazer cultural e ao turismo de espetáculos sem compromisso com o papel informativo, documental, histórico e social do patrimônio. Nos anos 1980, a concepção era antropológica, buscando o contextualismo e a estratégia de integração entre o patrimônio e a comunidade. Nos anos 1990, houve um retorno a uma visão modernista cuja estética patrimonial era baseada na monumentalidade com objetos de impacto e contraste.

O aproveitamento econômico do patrimônio nos anos 1990 favoreceu a "homogeneização espacial" pelo mote da "cidade-atração", verificada pela utilização dos monumentos como objetos e veículos promocionais, mas por uma ideia vazia de significados e de caráter cenográfico e espetacular com práticas de preservação convencionais e limitadas da construção civil. Evidenciou-se assim, um vínculo do patrimônio ao fortalecimento das imagens, ao consumo cultural e ao lazer urbano sem vínculo com a renda fundiária e com o valor imobiliário (Sant'Ana, 2005).

Nos anos 2000, pelo modo como estão estruturadas as políticas culturais de restauração do patrimônio arquitetônico fluminense, as intervenções patrimoniais, cujo financiamento foi garantido graças às leis de incentivo à cultura, produziram um impacto sobre os espaços urbanos. O processo de intervenção patrimonial da cidade do Rio de Janeiro, que ainda sofrerá inúmeras intervenções por conta dos grandes eventos que se aproximam, não garante a preservação da história, pois limita-se à arquitetura nas áreas centrais, direcionado sobretudo ao turismo e à população flutuante e não ao ambiente construído e a sua memória.

O processo em marcha de intervenções patrimoniais favorece o espetáculo, criando um fetiche em torno do significado do monumento histórico que passa a ter um uso muitas vezes paradoxal com o uso original. Transmite-se um sentido de valorização que na verdade é contestável quando oculta-se o significado histórico e o valor documental do patrimônio. Este valor documental não é assimilado, não há um estímulo à memória social.

2.3 O “Circuito Elizabeth Arden” das restaurações patrimoniais na região central da cidade do Rio de Janeiro

A convivência e o conhecimento do trabalho técnico desenvolvido na Superintendência Regional do IPHAN-RJ, durante o período de 2010 a 2012, possibilitou a realização de uma análise técnica mais apurada sobre as espacialidades envolvidas em processos de intervenções patrimoniais. O mapeamento dos monumentos restaurados permite verificar que sua localização dentro das inúmeras possibilidades no estado fluminense ilustra a forma como intervenções patrimoniais dialogam com os usos estratégicos que estão sendo feitos nos espaços urbanos, em particular, na região central da cidade do Rio de Janeiro.

Desta forma, nesta seção, a análise incide sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro, local que concentra o maior número de restaurações patrimoniais realizadas nos últimos anos em todo território estadual. Esta concentração foi chamada pelo Superintendente do IPHAN-RJ na época, Carlos Fernando Andrade, de “Circuito Elizabeth Arden” da restauração, tanto por ser um local de maior oferta de monumentos históricos e de proponentes interessados em restaurá-los, quanto por representar o eixo de maior interesse dos financiamentos pela visibilidade das imagens e pela forte demanda de serviços existentes.

As fotos tiradas especialmente para este trabalho são de monumentos históricos compreendidos principalmente dentro, mas também fora desse circuito, pois outros processos de intervenção patrimonial estão ocorrendo no centro da cidade e merecem ser comentadas. Esses comentários referem-se à inserção dos monumentos restaurados em seu entorno e os efeitos que esses bens arquitetônicos exercem sobre a economia urbana e sobre a população que os usufrui.

Por outro prisma de análise, constata-se que os usos possíveis da lei de incentivo à cultura permitem a captação de recursos para restaurações conduzindo à espetacularização urbana em marcha na cidade. A avaliação dos resultados desse processo de intervenção patrimonial requer a entrada no espaço físico da cidade para se reportar às evidências do que se tenta mostrar nesta pesquisa: o que a Lei Rouanet está gerando no campo do patrimônio, que é a espetacularização através das restaurações.

A ideia desse circuito representado pela concentração de grandes restaurações patrimoniais é uma demarcação abstrata, resultado da avaliação dessas políticas culturais, por isso a necessidade de georreferenciá-lo para mapear o que está se chamando de “Circuito Elizabeth Arden” das restaurações do patrimônio arquitetônico na região central da cidade do Rio de

Janeiro. O circuito demonstrado a seguir compreende o trecho que se inicia na Glória, passando pela Lapa, indo pela Avenida Rio Branco: da Cinelândia, Largo da Carioca até a Praça Mauá com as restaurações do Mosteiro São Bento, bem próximo aos limites da área do Porto Maravilha.

No outro eixo deste circuito, consideram-se as intervenções desde a Avenida Presidente Wilson, com a restauração da Academia Brasileira de Letras e a Avenida Presidente Antônio Carlos na esquina da Rua Santa Luzia, com a restauração da Igreja Santa Luzia, seguindo pela Rua Primeiro de Março até a Candelária. Neste circuito indicado em mapa abaixo, incluem-se as restaurações financiadas com os recursos da OGU (não PRONAC), tais como: Chafariz da Glória, Escola de Música da UFRJ, Automóvel Clube, Antiga Sé, Casa França Brasil e o prédio da Superintendência do IPHAN-RJ.

A seguir, apresenta-se a relação dos monumentos georreferenciados e apresentados nos mapas do "Circuito Elizabeth Arden" das Restaurações de Monumentos Históricos na Região Central da Cidade do Rio de Janeiro segundo a fonte de recursos:

PRONAC

1. **Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro -** Pça Nossa Senhora da Glória, 135.
2. **Igreja Nossa Senhora de Desterro** – Largo da Lapa, s/nº
3. **Sala Cecília Meireles** – Rua da Lapa, 45.
4. **Arcos da Lapa –** Praça Cardeal Câmara, s/nº, Largo da Lapa.
5. **Teatro Municipal** – Praça Floriano, s/nº – Cinelândia.
6. **Museu Nacional de Belas Artes**: Av. Rio Branco, 199 – Cinelândia.
7. **Biblioteca Nacional** – Endereço: Avenida Rio Branco, 219 – Cinelândia.
8. **Clube Naval** – Endereço: Av. Rio Branco - nº 180 – Cinelândia.
9. **Conjunto arquitetônico do Convento Santo Antônio** - Largo da Carioca, s/nº
10. **Academia Brasileira de Letras** - Avenida Presidente Wilson, 203 – Castelo.
11. **Igreja de Santa Luzia** – Rua *Santa Luzia*, 206 – *C*astelo.
12. **Igreja Nossa senhora do Carmo da Antiga Sé** - Rua 7 de Setembro, 14.
13. **Centro Cultural Banco do Brasil** – Rua Primeiro de Março, 66.
14. **Centro Cultural dos Correios** - Rua Visconde de Itaboraí, 20.
15. **Centro cultural do supremo tribunal eleitoral** - Rua Primeiro de Março, 42.
16. **Candelária** - Praça Pio X, s/n -
17. **Palácio do Comércio** - Rua da Candelária N° 9
18. **Mosteiro São Bento** - Rua D Gerardo, 68

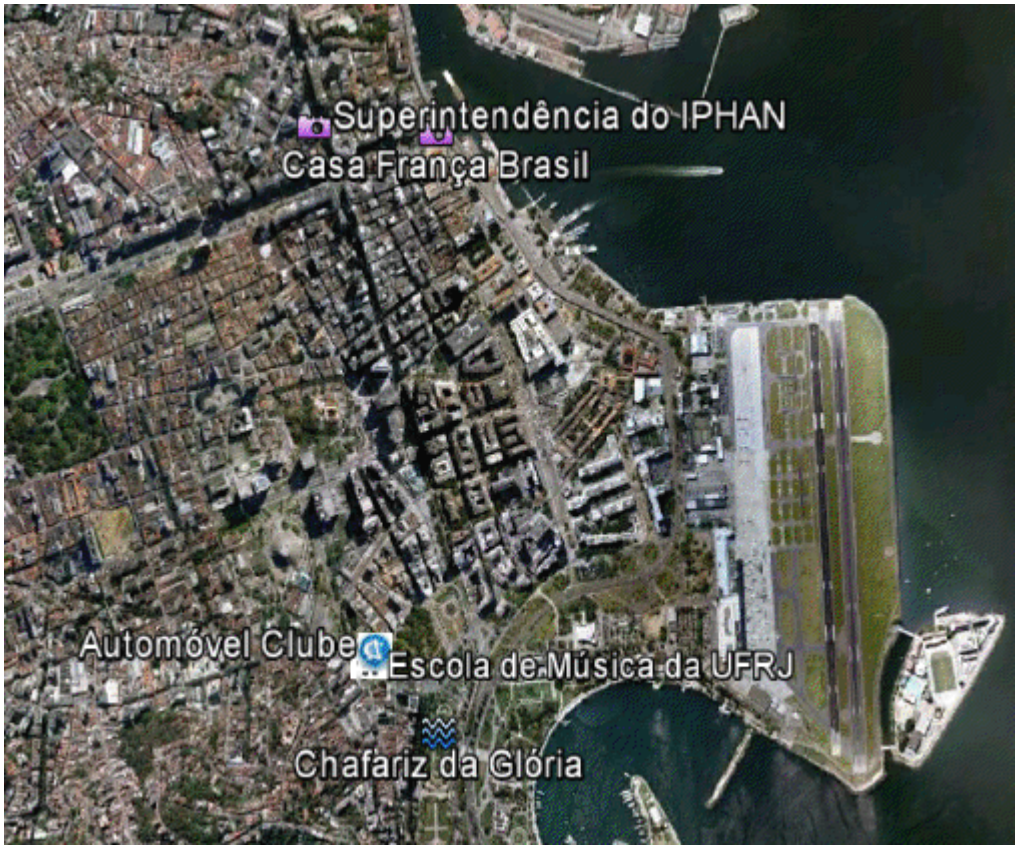
Não PRONAC

1. **Chafariz da Glória** - Rua da Glória, 156.
2. **Escola de Música da UFRJ** - Rua Passeio, 98.
3. **Automóvel Clube** – Rua do Passeio, 90.
4. **Casa França Brasil** - Rua Visconde Itaboraí, 78.
5. **Superintendência do IPHAN-RJ** – Av. Rio Branco, 46

Mapa 1: "Circuito Elizabeth Arden" das restaurações de patrimônio arquitetônico na região central da cidade do Rio de Janeiro com recursos do PRONAC.



Mapa 2: “Circuito Elizabeth Arden” das restaurações de patrimônio arquitetônico na região central da cidade do Rio de Janeiro com recursos não PRONAC.



Para ilustrar melhor o circuito, serão mostradas imagens de alguns de seus monumentos e de outros não inseridos neste circuito, mas que dialogam com a relação que o patrimônio arquitetônico exerce com o seu entorno, convivendo com usos do espaço para fins econômicos, sociais e culturais.

Os Arcos da Lapa, que servem de cenário perfeito para promover o orgulho carioca, foram reformados com recursos do PRONAC, em 2008 e 2010. As políticas urbanas nesta área estimulam o aquecimento econômico de todo seu entorno, consolidando a lapa como polo cultural e boêmio.



Os Arcos da Lapa representam o símbolo de transformação e valorização econômica que o tradicional bairro carioca está passando nos últimos anos. Em boa parte da Lapa, ainda é possível observar os sobrados antigos com fachadas preservadas do início do século passado. O uso cultural e residencial vem se intensificando pela presença de moradores da própria cidade e visitantes de todas as partes do mundo atraídos pelas renomadas casas de shows conhecidas internacionalmente como o Circo Voador e Fundição Progresso, e monumentos históricos que fazem parte do circuito, como nas imagens abaixo da Sala Cecília Meireles, Escola Nacional de Música da UFRJ e Automóvel Clube do Brasil.


SALA
CECILIA
MEIRELES


ESCOLA de MUSICA UFRJ
cavalinho
azul

Ainda na Lapa, a Avenida Men de Sá e a Rua do Lavradio, que além de contar com uma feira mensal de antiquários, abrigam uma série de bares e restaurantes com fachadas preservadas, transformando o bairro em um ambiente revisitado da cultura carioca, em um cenário de consumo. Os novíssimos bares temáticos recriam o ambiente tradicional do samba, da capoeira e da malandragem carioca, ajudando a impulsionar a vocação do bairro às estratégias das políticas de reurbanização e reversão do quadro de degradação social. As políticas de choque de ordem para controlar o comércio informal, manter a ordem urbana e atenuar os efeitos da marginalização são visíveis e se estendem até a Glória, sobretudo com o uso da força para demarcar os usos sociais nestes territórios.

Na histórica Rua Riachuelo, antiga Rua Mata Cavalos, que foi uma das primeiras vias de expansão do centro da cidade e de forte tradição residencial e de comércio, há alguns patrimônios arquitetônicos tombados pelo IPHAN. Esta rua conta com hotéis importantes, comércio de todo tipo, bares, cafés, boates, restaurantes, centros empresariais, hospitais e sede de diversos órgãos públicos. O uso residencial para a classe média tomou força com o lançamento de empreendimentos como o “Cores da Lapa” que, pela imagem abaixo, contrasta com patrimônio em ruína tombado pelo IPHAN. Este imóvel vem sendo mal utilizado como estacionamento e conforme observado na imagem, não há respeito à proibição de colar qualquer tipo de material em sua estrutura.


Sta. Teresa
Lapa
Flamengo
BLITZ
NA LAPA
6 OUTUBRO SÁBADO
PICA
ROBERT PANT



Este prédio em ruína na imagem acima, tombado pelo IPHAN, é o mesmo da imagem anterior, só que visto de outro ângulo.

Outro eixo importante do circuito que merece destaque é a Avenida Rio Branco, mais especificamente a Cinelândia que foi palco da grande restauração do Teatro Municipal. A partir de 2008, o Teatro Municipal foi o monumento que recebeu maiores fontes de financiamento para obras de restauração e é o melhor exemplo de espetacularização urbana pelas intervenções com os recursos do PRONAC. Nas imagens abaixo, é possível perceber o "ar espetacularizado" com os detalhes dourados de placas folheadas a ouro importadas da França.





O conjunto arquitetônico do Convento Santo Antônio, no Largo da carioca, também está passando por obras de restauração, conforme podemos ver na imagem abaixo e também representa um ponto importante do circuito.



No outro eixo do circuito que se estende da Avenida Presidente Wilson até a Avenida Presidente Antônio Carlos, destacam-se, respectivamente nas imagens abaixo, as reformas da Academia Brasileira de Letras e da Igreja de Santa Luzia.





Na Rua Primeiro de Março, eixo fundamental do circuito por ser o local de origem da própria cidade, considerado o núcleo da região central, destacam-se, respectivamente nas imagens a seguir, as obras de restauração da Igreja Nossa senhora do Carmo da Antiga Sé, Centro Cultural dos Correios, o Centro Cultural Banco do Brasil, Centro cultural do supremo tribunal eleitoral e Candelária.




CENTRO
CULTURAL




VALE
RIO
BRASIL



Portanto, as imagens apresentadas retratam alguns pontos do circuito e o objetivo desta apresentação foi descrever esses pontos e seus usos, buscando a entrada no espaço urbano que também se constitui em objeto de análise desta dissertação. Além disso, a ilustração deste circuito permite verificar a concentração das obras de restaurações, e o que os usos das leis de incentivo estão provocando no campo do patrimônio, que é a espetacularização urbana. Os projetos aprovados para captação do PRONAC poderiam estar mais dispersas em monumentos tombados por todo estado fluminense, mas concentram-se na região central da cidade do Rio de Janeiro.

A partir da análise no terceiro capítulo da evolução orçamentária do financiamento a obras de restauração de monumentos históricos fluminenses com captação de recursos via Lei Rouanet, será possível confirmar a existência do circuito "Elizabeth Arden". Este circuito pode ser evidenciado pelo impacto que as leis de incentivo vêm provocando no espaço urbano central da cidade.

2.3.1 Outros eixos de espetacularização: a Praça Tiradentes e o Porto Maravilha

O objetivo desta subseção consiste em citar outros processos de espetacularização patrimonial, que vem ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, mas que não contam necessariamente com os recursos do PRONAC. Optou-se por apresentar os casos da Praça Tiradentes, que passou por uma grande reforma há pouco tempo e os efeitos já se fazem sentir sob seu entorno, e do Porto Maravilha, projeto que está preparando toda região portuária para os grandes eventos, sobretudo a Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016 e pretende aproveitar o patrimônio cultural como elemento catalisador do desenvolvimento local.

Para esta pesquisa, torna-se essencial considerar outras políticas de intervenções nas quais o patrimônio arquitetônico tem relação direta com o planejamento urbano. Os efeitos dessas políticas levam a reflexão de outros possíveis efeitos de espetacularização na região central da cidade, além daquelas consideradas pelo circuito Elizabeth Arden. Esta abordagem também é importante para apontar que novas pesquisas podem ser realizadas, considerando outros processos de intervenções patrimoniais e seus efeitos nos espaços urbanos.

Assim, as intervenções nas áreas centrais da cidade espraiaram-se da Lapa, pela Rua do Lavradio até a Praça Tiradentes que é cercada por teatros importantes, hotéis e centenas de casarios históricos e vem se destacando como área em processo evidente de valorização econômica. A Praça Tiradentes e alguns quarteirões à sua volta foram objeto de intervenção[12] através de parceria estabelecida entre a Prefeitura e o Governo Federal, através do Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentro do Programa Monumenta.

As intervenções na Praça Tiradentes iniciaram em 2005 quando foi investido mais de R$ 400 mil com recursos do BID na restauração da estátua de Dom Pedro, a mais antiga do país. Em 2008, foram anunciados os planos municipais de reurbanização com recursos do

[12] As intervenções abrangeram as seguintes ações: Restauração do Conjunto Escultórico/Estátua de Dom Pedro I; Restauração do Solar do Visconde do Rio Seco - Praça Tiradentes, 67; Igreja do Santíssimo Sacramento - Avenida Passos, 50 - restauração de fachadas e telhados; Rua Gonçalves Ledo n° 5 – restauração, por meio de financiamento, de fachadas, telhados e reforço estrutural, para manutenção dos usos comerciais – e n° 11 – restauração integral do imóvel com resgate das características originais para implantação de uso cultural; Casa de Bidu Sayão - Praça Tiradentes, 48, e Rua Luis de Camões, 57 - restauração e adaptação de uso para abrigar áreas de exposição de arte; Fachada e Telhado do Teatro Carlos Gomes - Praça Tiradentes, 19; Praça Tiradentes, 71 - reconstrução da ruína existente e adaptação de uso cultural; Pilotos Habitacionais - Rua Regente Feijó, 57 e 62 - transformação para uso misto: 11 unidades habitacionais no 1° pavimento e comerciais no; Anexos do Centro de Artes Hélio Oiticica - Rua Luís de Camões, 74 e 76 - reconstrução da ruína existente para criação de um centro cultural/comercial e de apoio ao Centro de Arte Hélio Oiticica.

Programa Monumenta. Em 2010 começaram as obras das empresas vencedoras da licitação com a Secretaria Municipal de Cultura. Atualmente, o cenário da Praça Tiradentes é espetacularizado, as obras terminaram, as grades que cercavam a Praça foram retiradas, assim como os pontos de ônibus e foi feita a pavimentação, instalação de iluminação e reforma do mobiliário urbano.

O projeto considerou também a reurbanização das ruas do contorno e o reordenamento do sistema de tráfego e circulação de transporte urbano, buscando melhorar a acessibilidade do pedestre, a requalificação urbana adequada ao patrimônio e o aumento da utilização da região pelos moradores e turistas. As transformações nesta região da cidade tendem a se estender para mais ruas do entorno que contam com grande potencial histórico arquitetônico e podem ser utilizadas tanto para fins culturais quanto residenciais.

A transformação do antigo Hotel Paris em um Hotel cinco estrelas, a construção de um quarteirão inteiro para um prédio de negócios da Petrobras na Rua do Senado e o mais novo empreendimento empresarial, "Arcos 123", na Rua Riachuelo em frente ao Jornal O Dia, são exemplos que ilustram o processo evidente de forte valorização nesta região do centro da cidade.

Na micro-área compreendida entre as Ruas Frei Caneca, Rua do Senado, Av. Henrique Valadares, Rua do Rezende e Rua Riachuelo, o cenário ainda é de abandono e esconde um tesouro cultural e arquitetônico muito pouco reconhecido e explorado economicamente e que é a memória viva do processo de ocupação da cidade do Rio de Janeiro. Muito perto dali, no Bairro de Fátima e Santa Teresa, verifica-se o início de um processo de gentrificação que pode ser explicado tanto pela subida vertiginosa dos aluguéis principalmente na zona sul quanto pelo aumento da percepção social dos benefícios de se morar no centro.

Em outra área central da cidade, a região portuária, um plano de gestão compartilhada do espaço urbano vem sendo implementado. Trata-se do Projeto Porto Maravilha[13], que consiste em um consórcio entre a empresa Porto Novo e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), que é uma empresa de economia mista criada pela Prefeitura, responsável pela gestão das obras, serviços

[13] Nos termos da Lei Federal n° 10257/2001(Estatuto das Cidades) e da Lei Complementar nº 101 de 23 de Novembro de 2009 (modifica o Plano Diretor e autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio), O Porto Maravilha pode ser definido por uma Operação Urbana que abrange 5 milhões de metros quadrados, no quadrilátero entre as avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, nos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, morros do Pinto, Conceição, Providência e Livramento e parte do Cajú, São Cristóvão, Cidade Nova e Centro. Esta operação urbana envolve um conjunto de ações urbanísticas e financeiras que pretendem promover a requalificação urbana e o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região portuária da cidade do Rio de Janeiro.

públicos dos recursos patrimoniais e financeiros referentes ao Projeto.

O Porto Maravilha representa um caso em que grandes transformações e usos do espaço urbano, pela aliança entre a gestão municipal e os interesses da iniciativa privada, utilizam o componente histórico e cultural do patrimônio arquitetônico para agregar valor ao projeto final de integração da área aos grandes interesses do capital imobiliário.

A inclusão da região portuária nas áreas de preparação da cidade para as Olimpíadas de 2016, onde o exemplo de Barcelona 1992 aparece como referência, consiste em explorar sua diversidade, vocação cultural e arquitetônica e a origem, que remonta à história da cidade, buscando evidenciar as marcas da região onde nasceu o samba. Essa área remonta ao período da escravidão, apesar dessa memória ter sido apagada, as recentes escavações arqueológicas têm trazido essa memória de volta.

Obras de grandes arquitetos, trapiches redescobertos, representações da cultura afro-brasileira, palacetes, sobrados do início do século XX e galpões ferroviários são parte do patrimônio na área preservada pela lei que criou a Área de Proteção do Ambiente Cultural dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APAC Sagas). Com relação ao marco legal de atuação deste projeto no âmbito do patrimônio, destaca-se a Lei Complementar 101/2009 que determina a aplicação de pelo menos 3% dos recursos arrecadados com Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) na recuperação e valorização do patrimônio arquitetônico e no fomento à identidade cultural.

A seguir, serão apresentadas três imagens que ilustram o processo de transformação atual na região portuária onde o patrimônio arquitetônico aparece como cenário. Na primeira imagem, os casarões históricos aparecem restaurados. Na segunda imagem, em uma área ainda relativamente degradada, os sobrados aparecem coloridos e na última, nota-se a reurbanização da área com pavimentação e iluminação, induzindo o processo de recuperação e reutilização do casario que ainda necessitam de reformas.







Vale ressaltar que a criação do Programa Porto Maravilha Cultural prevê em seu escopo ações em parceria de instituições públicas, como o IPHAN, da sociedade civil e do setor privado, com recursos aplicados principalmente na restauração de bens tombados e em projetos de valorização do patrimônio cultural imaterial. Dentre essas ações, destacam-se a recuperação e restauro do patrimônio arquitetônico e a exploração econômica dos patrimônios material e imaterial.

Ainda de acordo com o escopo do projeto de intervenções, os patrimônios tombados serão restaurados e os imóveis municipais abrigarão espaços culturais que integrarão o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Trata-se de um conjunto de locais marcantes para a memória da cultura afro-brasileira, tais como: Cais do Valongo/Imperatriz, Jardins do Valongo, Pedra do Sal, Largo do Depósito, Instituto Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio, valorizando a descoberta de sítios arqueológicos com as evidências da entrada de mais de um milhão de negros na cidade. Essa vocação cultural vem atraindo visitantes do mundo inteiro que querem conhecer os sambas da Pedra do Sal que estão sempre cheios de turistas estrangeiros e residentes da cidade.

Capítulo 3: Análise das fontes de financiamento de restauração de monumentos históricos fluminenses

Neste capítulo, serão analisadas as fontes orçamentárias dos recursos movimentados para restauração patrimonial, através do PRONAC e OGU, obtidas na Superintendência do IPHAN-RJ, buscando corroborar a existência do circuito Elizabeth Arden das restaurações. Para análise do orçamento da OGU, os montantes investidos referem-se aos anos de 2006 a 2010 e para os recursos do PRONAC, o período refere-se a 2006 a 2011.

Com relação aos recursos deste último, a disponibilidade dos dados incluiu o ano de 2011, permitindo ampliar a análise da trajetória do crescimento, já para o orçamento do OGU, os dados estavam disponíveis apenas até 2010. Para a análise dos recursos do PRONAC, foram considerados apenas os projetos em execução ou em fase de prestação de contas, pois além das etapas de solicitação, aprovação e captação, os projetos podem ainda não ser executados, não havendo, portanto uma garantia que eles ocorrerão no futuro.

Posteriormente, será apresentada a análise dos dados do MinC sobre a evolução dos investimentos em patrimônio arquitetônico pelo Mecenato no estado do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2011. Decidiu-se analisar o período completo no qual havia disponibilidade dos dados para enriquecer a análise. Também será abordada a estratégia de relacionar as políticas de preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico e social, com a apresentação dos números dos investimentos do BNDES.

3.1 Patrimônio e política pública: a operacionalização através do orçamento e os efeitos sobre os espaços urbanos fluminenses

A abordagem sobre o orçamento anual do IPHAN-RJ para realizar suas ações remete inevitavelmente à reflexão sobre como as políticas públicas se operacionalizam no campo do patrimônio. Não basta só discutir as ações normativas e as diretrizes de governo na definição de políticas públicas patrimoniais, é preciso mostrar o resultado tanto em termos de crescimento do montante investido, quanto do destino desses investimentos que são possíveis graças aos mecanismos normativos que as financiam, para aí sim, apontar os efeitos causados sobre o espaço urbano.

Assim, incluindo-se na estratégia de financiamento das políticas culturais, os investimentos em restauração do patrimônio histórico, independente da forma como foram captados, constituem os instrumentos pelas quais as políticas patrimoniais se operacionalizam. Neste sentido, pode-se dizer que a cultura é operacionalizada enquanto política pública através do aparato legal que proporciona e garante seu orçamento financeiro. As políticas culturais por sua vez se revelam através de suas peças orçamentárias que, no caso específico do patrimônio histórico, refere-se aos recursos para obras de restauração de bens imóveis tombados no estado do Rio de Janeiro.

As informações orçamentárias obtidas na superintendência do IPHAN-RJ sobre os investimentos em patrimônio no período de 2006 a 2010 com recursos do OGU revelaram um cenário em que mais de 90% dos investimentos anuais em patrimônio no estado eram destinados a restaurações e, portanto ao patrimônio material[14].

A seguir, apresenta-se a tabela 1 com o levantamento do montante investido em o-bras e serviços de restauração pelo IPHAN-RJ com os recursos do OGU nos anos de 2006 a 2010.

[14] Há uma divisão metodológica dos estudos sobre patrimônio cultural que separa a análise dos bens de natureza material das práticas imateriais e referências culturais dos valores simbólicos das comunidades tradicionais como elementos das identidades nacionais a serem preservadas. Esta divisão, entretanto, faz pouco sentido, pois quando se abstrai a imaterialidade dos bens materiais, obtêm-se apenas objetos materiais destituídos de valores nacionais dignos de serem preservados.

Tabela 1: Levantamento de dados de obras e serviços de restauração pelo IPHAN-RJ com recursos do OGU 2006 - 2010			
Anos	**Valor**		**Percentual**
2006	R$	279.576,68	5,89%
2007	R$	535.233,25	11,29%
2008	R$	1.107.099,00	23,34%
2009	R$	968.552,40	20,42%
2010	R$	1.852.254,28	39,05%
Total	R$	4.742.715,61	100,00%

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

A análise dos dados da tabela acima revela que, a partir de 2006, os investimentos cresceram bastante, praticamente duplicando a cada ano, exceto para 2009. O orçamento deste ano representou uma queda não sustentada do crescimento considerado dos investimentos no período. No gráfico 1, a seguir fica mais evidente a evolução e o crescimento dos recursos disponibilizados pelo OGU para o patrimônio cultural do IPHAN-RJ.



Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Para a compreensão da lógica de alocação dos recursos, será preciso apresentar o destino dos investimentos em ações patrimoniais em cada ano, indicando as cidades e as

instituições que receberam esses investimentos que foram decididos a partir de um exercício de priorização da equipe de planejamento de atividades do IPHAN-RJ no período considerado.

Pela análise da tabela 2 apresentada abaixo, referente ao levantamento dos contratos de 2006 com recursos do OGU, percebe-se que a cidade que mais recebeu investimentos neste ano foi Paraty que captou 40% dos contratos de obras e serviços em todo estado fluminense. O ano de 2006 tomado como base permite verificar a expansão dos recursos repassados pela União para os contratos de obras e serviços do IPHAN-RJ.

Tabela 2: Levantamento de dados de obras e serviços de restauração - fonte OGU			
Contratos 2006			
Empresa	**Descrição do Projeto**	**Valor disponibilizado**	
Rosarium de Paraty Restauração	Restauração de objetos litúrgicos do Museu de Arte Sacra de Paraty - MASP	R$	15.960,00
Rosarium de Paraty Restauração	Restauração de dois passos da paixão do Museu de Arte Sacra de Paraty - MASP	R$	39.938,00
R3 Engenharia e Construção LTDA	Execução de obras para adequação do espaço contíuo a sala de exposição de longa duração	R$	10.100,00
Enge Prat Engenharia	Serviços de engenharia para reforma de parte do segundo pavimento da antiga casa da guarda	R$	7.919,62
Riomanser Serviço e manutençao LTDA	Serviço de reforço estrutural no museu do folclore	R$	103.913,00
Enge Prat Engenharia	Serviços emergenciais de reparos em parte do prédio da antiga casa da guarda do Palácio Rio Negro	R$	14.945,06
Rosarium de Paraty Restauração	Serviços emergenciais de restauração do altar da Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Paraty	R$	15.000,00
Tecron Serviços LTDA	Serviços de restauração de paredes da cozinha, reserva técnica e alcova do Museu Casa da Hera	R$	31.951,00
Atelier Marylka	Prestação de serviços de restauração do acervo de pinturas do MCBC	R$	24.850,00
Arcos 3000	Serviços emergenciais de restauração do teljado do Escritório Técnico de Paraty	R$	15.000,00
Total		**R$**	**279.576,68**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Já em 2007, pela análise da tabela 3, percebe-se que o investimento praticamente dobrou e que mais uma vez, Paraty concentrou a maior participação nos recursos anuais. Destaque ainda para Petrópolis, Cabo Frio e Rio Bonito, além da sede do IPHAN-RJ na cidade do Rio de Janeiro que também recebeu recursos para a execução de serviços.

Tabela 3: Levantamento de dados de obras e serviços de restauração - fonte OGU			
Contratos 2007			
Empresa	**Descrição do Projeto**	**Valor disponibilizado**	
Boa Arquitetura	Obras emergenciais de conservação e readequação dos espaços do prédio da antiga casa da guarda - Petrópolis - Rj	R$	48.976,57
Padova Engenharia	Obras de conservação do convento Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio - Rj	R$	49.945,80
Eliane de Jesus e Silva	Restauração do altar-mor da capela de santana do Basilio em Rio Bonito - Rj	R$	47.900,00
Boa Arquitetura	Obras emergenciais de conservação da Igreja Nossa Senhora da Conceição - Paraty - Rj	R$	125.714,01
Rosarium de Paraty Restauração	Obras de restauração interna da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores - Paraty - Rj	R$	107.800,00
Arcos 3000	Obras de manutenção e conservação do sobrado do IPHAN e edicula Paraty - Rj	R$	98.892,13
Arcos 3000	Projeto de recuperação das esquadrias do pavimento superior da sede do ET Paraty - Rj	R$	2.998,74
Monatel Engenharia	Serviços de pintura das paredes internas do 5º pavimento e da sala de divisão administrativa da sede do Iphan-Rj	R$	3.658,26
Monatel Engenharia	Serviços de pintura das paredes internas do 5º pavimento e da sala de divisão administrativa da sede do Iphan-Rj	R$	7.547,74
Adeclair Torres	Reparo da torre de refrigeração e do sistema de condicionador de ar	R$	20.900,00
Adeclair Torres	Reparo da torre de refrigeração e do sistema de condicionador de ar	R$	20.900,00
Total		**R$**	**535.233,25**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

De acordo com a tabela 4, percebe-se que em 2008 houve uma maior diversificação dos investimentos pelo estado do Rio de Janeiro. Muitos serviços foram emergenciais, aparecendo o município de Nova Iguaçu em destaque na alocação dos recursos, sobretudo relacionados ao patrimônio ferroviário. Receberam ainda recursos as cidades de Vassouras, Paraty, Angra dos Reis e a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, neste ano, os recursos mais do que dobraram com relação ao ano anterior.

Tabela 4: Levantamento de dados de obras e serviços de restauração - fonte OGU			
Contratos 2008			
Empresa	**Descrição do Projeto**	**Valor disponibilizado**	
Boa Arquitetura	Serviços emergenciais do imóvel de propriedade da associação de paroquianos de Vassouras - Rj	R$	39.899,00
La Greca Ferreira Construtora	Restauração da estação Tinguá - Extinta RFFSA do Município de Nova Iguaçu - Rj	R$	61.383,00
La Greca Ferreira Construtora	Restauração da estação de Rio D'Ouro - Extinta RFFSA do Município de Nova Iguaçu - Rj	R$	48.633,00
La Greca Ferreira Construtora	Restauração da estação de Vila de Cava - Extinta RFFSA do Município de Nova Iguaçu - Rj	R$	9.605,00
La Greca Ferreira Construtora	Conservação nos espaços do Centro Nacional de Cultura Popular na cidade do Rio de Janeiro	R$	140.780,00
Boa Arquitetura	Serviços técnicos de reparos emergenciais em 3 igrejas da cidade do Rio de Janeiro	R$	199.999,00
Boa Arquitetura	Serviços técnicos de reparos emergenciais em 3 igrejas no município de Angra dos Reis	R$	200.000,00
Boa Arquitetura	Serviços emergenciais de conservação para o conjunto arquitetônico da antiga fazenda de Paraty-Mirim - Rj	R$	30.000,00
Ericson Engenharia	Serviços de manutenção e conservação da sede do ET Petrópolis - Rj	R$	29.000,00
Santana & Pontes	Serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia para a reforma do Museu do Trem	R$	248.800,00
Conenge Engenharia	Execução de obras emergenciais e projeto de restauração do bem tombado em tela	R$	99.000,00
Total		**R$**	**1.107.099,00**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Já em 2009, conforme se verifica na tabela 5, ao mesmo tempo em que houve uma redução do total do montante investido em comparação a 2008, houve um aumento de serviços e obras contratadas bastante diversificadas no território fluminense. Destaque para as cidades de Vassouras, Itaboraí, São Pedro da Aldeia e serviços emergenciais no Escritório Técnico de Petrópolis e Paraty, além de ações em dois símbolos cariocas: Chafariz da Glória e Jardim Botânico.

Tabela 5: Levantamento de dados de obras e serviços de restauração - fonte OGU			
Contratos 2009			
Empresa	**Descrição do Projeto**	**Valor disponibilizado**	
Monsanto Construções LTDA	Execução de obra de restauração e conservação do solar dos ayrises	R$	32.708,00
La Greca Ferreira Construtora	Serviços emergenciais na sede do ET Petrópolis	R$	59.370,00
Arctrade Arquitetura	Recuperação estrutural da Igraja Nossa Senhora da Conceição - Paraty - Mirim	R$	29.998,00
Padova Engenharia	Execução da 1ª fase de reabilitação da antiga estação ferroviária de São Pedro da Aldeia	R$	98.639,74
Enge Prat Engenharia	Execução de serviços emergenciais na casa da rua Barão de Tinguá, 49 - Vassouras - Rj	R$	14.999,89
Ericson Engenharia	Execução de serviços emergenciais de salvamento da casa Parque da Cidade Jardim - Nova Friburgo	R$	27.699,00
Ericson Engenharia	Serviços emergenciais de salvamento da casa das 14 janelas - Vassouras	R$	48.499,99
Construtora Nova Arcos	Serviços emergenciais de conservação e reforço estrutural da sede do ET Paraty	R$	47.998,10
Padova Engenharia	Serviços de recuperação estrutural da antiga estação ferroviária de São Pedro da Aldeia - 2ª Fase	R$	137.073,61
Ericson Engenharia	Serviços emergenciais na casa Heloisa Alberto Torres - Itaborai - Rj	R$	46.399,99
Ericson Engenharia	Serviços emergenciais na Igraja São João Batista - Itaboraí	R$	45.799,00
La Greca Ferreira Construtora	Serviços emergenciais na cobertura, rede elétrica, escoamento na Igreja N. Sra dos Homens	R$	114.875,09
Ericson Engenharia	Escoramento emergencial da casa Grande da Fazenda São Bento - Duque de Caxias	R$	79.993,99
La Greca Ferreira Construtora	Serviços emergenciais na Igreja N. Sra. Do Rosário e São Beneditino dos Homens Pretos	R$	122.000,00
Santa Terezinha Art Sacra	Recuperação do Chafariz da Glória	R$	12.498,00
Ericson Engenharia	Serviços emergenciais na casa dos pilões Jardim Botânico	R$	50.000,00
Total		**R$**	**968.552,40**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

E finalmente em 2010, pela análise da tabela 6, percebe-se que embora tenha sido o ano com menor número de contratos de obras e serviços, foi também aquele com maior orçamento total com grandes obras emergenciais dispersas pelo estado.

Tabela 6: Levantamento de dados de obras e serviços de restauração - fonte OGU

Contratos 2010			
Empresa	**Descrição do Projeto**	**Valor disponibilizado**	
Convênio Quissamã - Rj	Restauração de bens culturais edificados da extinta RFFSA, estação ferroviária Conde Araruama e outros na Região dos Lagos	R$	486.422,18
La Greca Ferreira Construtora	Serviços emergenciais em bem imóvel de responsabilidade da sede do Iphan-Rj localizado na Praça da República 22	R$	299.999,00
Ericson Engenharia	Obras emergenciais na Igreja Nossa Senhora do Rosário - Mambucaba	R$	392.470,00
Boa Arquitetura	Obras emergenciais na Igreja Nosso Senhor do Bonfim e Igreja Santa Luzia	R$	319.000,00
Santa Terezinha Arte Sacra	Intervenção emergencial da salvamento da casa de Ana Mayworm	R$	25.000,00
Gortec Engenharia	Obras de recuperação do Chafariz da Glória	R$	79.980,00
Boa Arquitetura	Obras emergenciais da Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Paraty - Rj	R$	239.966,91
Construtora Santana & Pontes	Obras na cisterna da sede do Iphan-Rj	R$	9.416,19
Total		**R$**	**1.852.254,28**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Feita esta análise do levantamento dos contratos de obras e serviços estabelecidos com empresas remuneradas pelos recursos provenientes do OGU, prossegue-se na análise dos orçamentos anuais disponíveis pelo IPHAN-RJ para preservação do patrimônio cultural. A análise empírica das peças orçamentárias de intervenções patrimoniais a seguir consiste no levantamento dos projetos com recursos do PRONAC para demonstrar evidências do circuito Elizabeth Arden das restaurações discutidas no capítulo passado. As planilhas foram obtidas na Superintendência do IPHAN-RJ e são divididas segundo a situação em que o processo se encontra dentro das normas estabelecidas pelo MinC.

O período de análise do levantamento de projetos executados com recursos do PRONAC é de 2006 a 2011, mas sem contar com as informações referentes ao ano de 2007 que não estavam disponíveis no banco de dados e, diferente do caso exposto anteriormente que vão até 2010, no caso do PRONAC, as informações vão até 2011. Cada ano corresponde ao período de captação de recursos de cada projeto não significando, portanto que ele tenha sido executado necessariamente naquele ano.

As fontes consideram os projetos de restauração nos seguintes status: em potencial, em execução ou prestação de contas, arquivados e diversos. Para efeito de análise nesta pesquisa, consideraram-se apenas os projetos de restauração de monumentos históricos em execução ou prestação de contas, pois é o único status que se tem garantia de que os recursos foram de fato liberados e utilizados. Foram utilizadas as áreas de atuação delimitadas pelo MinC para o patrimônio cultural, considerando-se apenas o setor arquitetônico e descartando os demais, como museus e arqueológico.

Vale ressaltar que na seção 3.2, será apresentada a participação do patrimônio cultural dentro dos projetos captados nos demais segmentos culturais, bem como a participação de cada subárea de atuação dentro da área do patrimônio cultural na qual se destaca a participação preponderante dos bens arquitetônicos na captação de recursos.

Nas tabelas apresentas a seguir, constam o nome do projeto e sua localização, o proponente (visto que não pode ser a mesma instituição objeto do pedido), o ano de captação, o valor solicitado, o valor aprovado e o valor captado. Optou-se por deixar expresso também os valores solicitados e aprovados que divergem do que de fato foi captado para a execução, apenas para verificar em cada caso essa diferença. Indicar a localização do projeto de restauração é importante para subsidiar as análises de modo a entender o que os efeitos das intervenções patrimoniais com recursos do PRONAC provocam nos espaços urbanos.

Assim, na tabela 7, são apresentadas as informações sobre os projetos em execução ou prestação de contas de restauração de patrimônio arquitetônico com recursos do PRONAC pelo IPHAN-RJ. Analisando essas informações na tabela, percebe-se que a maioria das restaurações foi em igrejas no centro da cidade do Rio de Janeiro. Os recursos vão numa decrescente a partir do valor solicitado que é bem maior do que o aprovado que por sua vez é maior do que de fato foi captado, no caso, foram mais de 13 milhões de reais. Nota-se ainda que os proponentes geralmente são organizações, da sociedade civil, vinculadas à instituição que recebeu os recursos para restauração. Destaque para a restauração do imóvel que abriga o museu do telefone que representou quase metade do total.

Tabela 7: Levantamento dos Projetos, em execução ou em prestação de contas, de restauração com recursos do Pronac, 2006

Projeto/Localização	Proponente	Solicitado	Aprovado	Captado
Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Candelária no Centro da cidade do Rio de Janeiro.	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária	R$ 8.953.592,21	R$ 2.736.931,24	R$ 2.677.705,24
Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé na cidade do Rio de Janeiro	Associação Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro	R$ 1.864.433,18	R$ 1.866.433,18	R$ 1.200.000,00
Projeto Restauração da Igreja do Mosteiro de São Bento.	Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	R$ 5.316.500,28	R$ 3.003.427,90	R$ 3.003.427,89
Projeto de Restauração do Hospital Escola São Francisco de Assis	Fundação Universitária José Bonifácio FUJB	R$ 10.491.966,99	R$ 1.049.196,69	R$ 200.000,00
Restauração, Adaptação e Ampliação Museu do Telephone	Instituto Telemar	R$ 7.968.167,50	R$ 7.552.565,63	R$ 6.562.300,00
TOTAL	-	**R$ 34.594.660,16**	**R$ 16.208.554,64**	**R$ 13.643.433,13**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Na tabela 8, as informações são referentes ao ano de 2008, uma vez que não havia informações disponíveis para o ano de 2007. Pela análise dos dados, percebe-se que os projetos neste ano não estavam totalmente concentrados na cidade do Rio de Janeiro, tendo um projeto em Niterói, que recebeu a maior quantia, e outro em Angra dos Reis. Mesmo os projetos de restauração na capital, dois deles não estavam localizados no centro da cidade, sendo um na Glória e outro na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. Nota-se ainda um aumento relativo dos montantes de recursos captados em relação a 2006 e que mais uma vez o valor captado foi inferior ao solicitado e aprovado. Além disso, confirmou-se novamente a estratégia de proponentes ligados à instituição a ser restaurada.

Tabela 8: Levantamento dos Projetos, em execução ou em prestação de contas, de restauração com recursos do Pronac, 2008

Projeto/Localização	Proponente	Solicitado	Aprovado	Captado
Restauro Convento Nossa Senhora do Carmo, Angra dos Reis	Província Carmelitana de Santo Elias	R$ 5.226.620,11	R$ 3.053.473,10	R$ 1.940.000,00
Museu Nacional - Restauração, Quinta da Boa Vista.	Instituto Herbert Levy	R$ 2.362.446,01	R$ 6.601.715,14	R$ 3.061.376,28
Centro Petrobrás do Cinema, Niterói - RJ	Fundação de Arte de Niterói FAN	R$ 12.436.245,54	R$ 10.811.515,21	R$ 5.997.261,00
Restauração da Igreja do Bom Jesus da Coluna	Fundação Cultural Exército Brasileiro	R$ 1.370.018,60	R$ 1.527.318,60	R$ 1.519.470,22
Restauração da Igreja da Imperial de Nossa Senhora do Outeiro da Glória	Imperial Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro	R$ 1.620.952,82	R$ 1.620.952,82	R$ 1.558.045,00
Arte e História nas Igrejas Cariocas - Centro da Cidade do Rio de Janeiro	Sapoti Projetos Culturais S/S Ltda.	R$ 250.330,00	R$ 250.330,00	R$ 200.000,00
Palácio do Comércio – Restauração - Cidade do Rio de Janeiro	Associação Comercial do Rio de Janeiro	R$ 1.322.780,47	R$ 1.322.780,47	R$ 1.322.780,47
TOTAL		**R$ 24.589.393,55**	**R$ 25.188.085,34**	**R$ 15.598.932,97**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Na tabela 9 abaixo referente a 2009, o valor total captado segue a trajetória crescente, alcançando mais de 18 milhões de reais. Alguns dos monumentos restaurados estão localizados no espaço urbano que mais recebeu recursos no período considerado, aquele localizado entre as ruas 1º de Março e Avenida Rio Branco, como o Clube Naval, a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, o Palácio do Comércio e o Teatro Municipal, que foi destaque na captação com mais de 7 milhões em uma das etapas do seu processo de restauração e reforma. Paraty e Petrópolis também tiveram monumentos restaurados com recursos do PRONAC neste período. Percebe-se que alguns valores captados foram maiores do que aqueles solicitados, como o caso do Forte São José na Urca.

Tabela 9: Levantamento dos Projetos, em execução ou em prestação de contas, de restauração com recursos do Pronac, 2009

Projeto/Localização	Proponente	Solicitado	Aprovado	Captado
Restauração do Forte São José - Urca	Associação Beneficente Rio Criança Cidadã	R$ 778.416,29	R$ 1.187.166,75	R$ 1.065.950,00
Clube Naval - Restauro Arquitetônico e Artístico, Av Rio Branco, nº 180, Centro do Rio de Janeiro	Clube Naval	R$ 1.996.388,22	R$ 1.791.077,01	R$ 750.000,00
Projeto Restauração da Igreja Matriz N. Sra. dos Remédios de Paraty	Angra Brasil	R$ 3.887.905,50	R$ 3.887.905,50	R$ 3.024.605,26
Museu Nacional - Restauro das Fachadas do Palácio Imperial de São Cristóvão	Instituto Herbert Levy	R$ 1.798.823,30	R$ 1.798.823,37	R$ 1.618.920,00
Consolidação das Ruínas do Convento de São Boaventura, Vila de Santo Antônio de Sá	IDEC - Instituto de Dinâmica e Estudos Culturais.	R$ 579.589,83	R$ 579.589,83	R$ 270.000,00
Hemeroteca Brasileira: A Biblioteca da Mídia Impresa	Fundação Miguel de Cervantes de Apoio à Pesquisa e à Leitura da Biblioteca Nacional.	R$ 1.485.138,16	R$ 1.485.138,16	R$ 1.485.138,16
Reforma de prédio Sede da Associação Dançando Para Não Dançar	Associação Dançando Para Não Dançar	R$ 770.449,54	R$ 705.829,29	R$ 705.829,29
Palácio do Comércio Restauração Fase 3	Associação Comercial do Rio de Janeiro	R$ 2.560.081,82	R$ 2.550.081,82	R$ 2.550.081,82
Restauração do Telhado da Universidade Católica de Petrópolis	Serviço Social da Indústria - SESI – RJ	R$ 532.799,66	R$ 526.527,66	R$ 526.527,36
Fase III - Modernização Geral Theatro Municipal do Rio de Janeiro	Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.	R$ 3.897.023,82	R$ 3.897.023,82	R$ 7.597.700,99
TOTAL		**R$ 17.508.199,85**	**R$ 17.221.996,46**	**R$ 18.528.802,88**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Na tabela 10 abaixo, percebe-se que em 2010 houve um ligeiro crescimento dos recursos investidos em restauração, em relação ao ano anterior, mas em compensação, houve uma diminuição do número de projetos em execução ou prestação de contas. Destaque mais

uma vez para o Teatro Municipal com a captação de mais de 15 milhões e para a Igreja Santa Luzia, também no centro da capital fluminense. Valença também foi representada com a restauração emergencial da Fazenda Santa Mônica.

Tabela 10: Levantamento dos Projetos, em execução ou em prestação de contas, de restauração com recursos do Pronac, 2010

Projeto/Localização	Proponente	Solicitado	Aprovado	Captado
Restauração e Conservação do Palácio Petit Trianon	Academia Brasileira de Letras	R$ 2.369.039,82	R$ 1.735.641,57	R$ 1.396.780,64
Restauração Emergencial da Fazenda Santa Mônica, Valença - Rio de Janeiro	Centro de Estudos e Pesquisas 28	R$ 1.546.511,97	R$ 1.196.069,02	R$ 630.000,00
Fase III - Restauração do TMRJ - Av. Rio Branco	Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro	R$ 6.134.475,85	R$ 6.344.620,63	R$ 15.773.064,74
Restauração da Igreja de Santa Luzia - Rio de Janeiro - RJ	Centro de Estudos e Pesquisas 28	R$ 2.103.346,36	R$ 1.689.206,50	R$ 1.689.206,50
TOTAL	-	**R$ 12.153.374,00**	**R$ 10.965.537,72**	**R$ 19.489.051,88**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

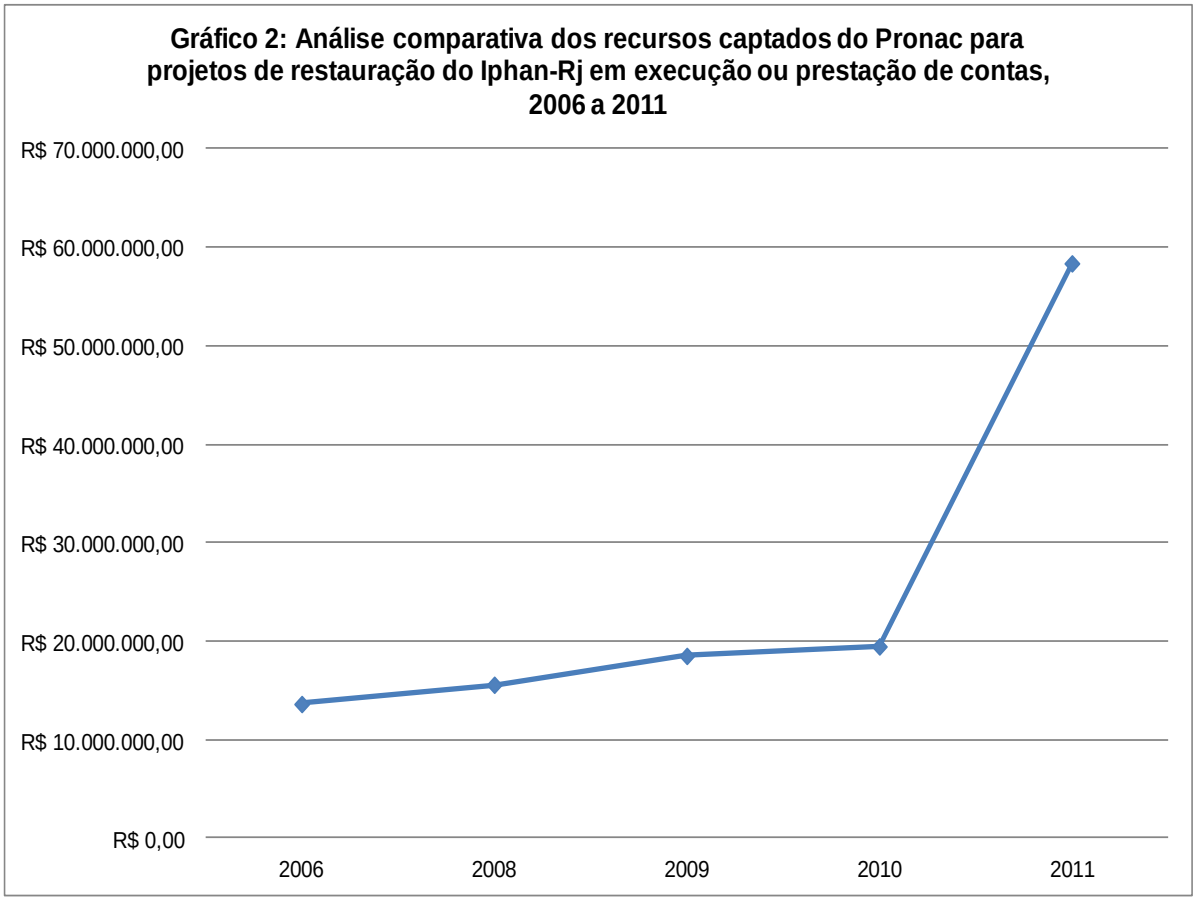
Na tabela 11 a seguir, nota-se primeiramente um aumento bastante expressivo dos recursos captados. Este aumento, contudo pode ser relativizado devido à sobre-representação dos recursos destinados às intervenções do Teatro Municipal que, somente neste ano, arrecadou mais de 35 milhões de reais com restauração interna. Merece destaque ainda a restauração dos Arcos da Lapa e a revitalização do Convento Santo Antônio no Largo da Carioca que se inserem na estratégia de resignificar o centro da cidade do Rio de Janeiro em espaço de interesse arquitetônico preservado.

Tabela 11: Levantamento dos Projetos, em execução ou em prestação de contas, de restauração com recursos do Pronac, 2011

Projeto/Localização	Proponente	Solicitado	Aprovado	Captado
Palácio Itaboraí Petrópolis/RJ	Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz	R$ 2.747.467,24	R$ 2.610.602,88	R$ 1.903.000,00
Restauração do Imóvel - Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho Rua do Catete, 243	Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa	R$ 6.937.326,70	R$ 3.663.789,04	R$ 749.840,16
Restauração da Igreja Matriz de N. Sra. da Guia de Mangaratiba	Angra Brasil	R$ 2.699.591,74	R$ 2.538.651,15	R$ 2.098.798,30
Restauração do antigo Hotel Sete de Setembro, Av. Rui Barbosa nº 762 no Rio de Janeiro-RJ.	Fundação Universitária José Bonifácio	R$ 10.549.674,00	R$ 9.826.705,00	R$ 4.981.505,72
Restauro e Revitalização do Convento de Santo Antônio no Largo da Carioca	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	R$ 38.204.244,00	R$ 19.336.533,71	R$ 10.714.264,12
Theatro Municipal do Rio de Janeiro - Restauração Interna	Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro	R$ 14.892.893,51	R$ 35.742.028,29	R$ 35.478.495,99
Restauração dos Arcos da Lapa - Rio de Janeiro - RJ	Centro de Estudos e Pesquisas 28	R$ 1.268.524,04	R$ 1.258.221,88	R$ 1.226.209,00
Restauração da Igreja Matriz N. Sra. dos Remédios de Paraty	Angra Brasil.	R$ 1.480.576,60	R$ 1.435.426,60	R$ 1.234.770,00
TOTAL	-	**R$ 78.780.297,83**	**R$ 76.411.958,55**	**R$ 58.386.883,29**

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Finalmente, no gráfico 2, permite-se uma análise comparativa dos montantes anuais de recursos captados pelo PRONAC para projetos de restauração em execução ou prestação de contas no estado do Rio de Janeiro. Verifica-se uma trajetória ascendente com um crescimento vertiginoso em 2011 explicado, sobretudo pela captação recorde de dois projetos neste ano: mais de 35 milhões para etapa de restauração interna do Teatro Municipal e mais de 10 milhões para o projeto de restauração e revitalização do complexo arquitetônico do Convento de Santo Antônio no Largo da Carioca.



Fonte: Superintendência Regional do IPHAN-RJ.

Desta forma, após a exposição dos dados obtidos na Superintendência do IPHAN-RJ referentes aos projetos de restauração do patrimônio arquitetônico fluminense financiados com recursos do OGU e do PRONAC, pode-se dizer que houve uma perspectiva de crescimento dos investimentos por ambas as fontes orçamentárias. Verificou-se que os recursos obtidos pelo PRONAC são bem superiores do que aqueles repassados pelo MinC ao IPHAN-RJ com os recursos do OGU. O aumento verificado de recursos em restauração financiados cada vez mais pelo mecenato, no período considerado, indica que as empresas tiveram interesse em muitas obras de restauração porque viam uma estratégia rentável em investir em bens culturais, sobretudo na região central da cidade do Rio de Janeiro, confirmando a existência do chamado circuito Elizabeth Arden das restaurações, defendido no segundo capítulo desta pesquisa.

Conforme apresentado no segundo capítulo, os recursos provenientes do PRONAC são custeados pelas Leis de incentivo à Cultura e são viabilizados pelo Fundo Nacional da Cultura (onde o investimento é feito, em parte, a fundo perdido) e pelo Mecenato

(investimento via renúncia fiscal). O volume crescente de valores aprovados através do PRONAC, no período de 2006 a 2011, é bastante elogiado pela sociedade de um modo geral. Entretanto, este admirado crescimento das intervenções patrimoniais no estado do Rio de Janeiro esconde alguns processos contraditórios que serão brevemente descritos nesta seção.

Vale ressaltar que políticas de intervenção constituem-se em uma forma de produção de patrimônio, não somente a seleção, inventário e tombamento, pois agregam novos valores àquele ambiente patrimonial restaurado, resignificando o bem. A concentração dos recursos destinos à restauração desses bens no espaço urbano produz resultados contraditórios, mas pragmáticos dos impactos que as leis de incentivo exercem sobre as intervenções patrimoniais de acordo com os interesses dos financiadores.

A restauração de bens do patrimônio arquitetônico constitui-se na principal forma de investimento do IPHAN-RJ e o mecenato, principal ator neste processo, financia projetos de restauração em locais de grande visibilidade, abatendo integralmente a quantia em impostos devidos. Estas políticas de intervenções, que vêm ocorrendo através do PRONAC, estão atreladas à estratégia de marketing das empresas cujas decisões não são pautadas por aspectos sociais positivos, mas sim, pelos interesses do mercado.

Ao investirem em patrimônio, as empresas encontram uma forma de veicular sua marca e vender mais, apoiando projetos de apelo cultural em cenários de consumo e negócios que, por sua vez, reforçam a imagem da cidade como um "porto seguro" de entrada de investimentos. O centro histórico preservado, que no caso carioca tem um charme ainda mais especial, por ter sido a cidade sede da coroa portuguesa, capital do império e da república, reforça a vocação da cidade para o aporte de capitais, constituindo-se na vitrine da transformação econômica na cidade.

Além disso, o estímulo à intervenção patrimonial das empresas via lei Rouanet permite que elas "tirem os recursos de um bolso e coloquem em outro", pois ao investirem em projetos de restauração, descontam integralmente este valor no pagamento dos impostos devidos, decidindo ainda onde e quais monumentos serão restaurados.

A "geografia" do PRONAC, referente à localização espacial dos projetos executados, segue essa lógica da visibilidade dos investimentos, do marketing cultural e da espetacularização urbana**,** com a concentração, sobretudo na região central da cidade do Rio de Janeiro. Os recursos obtidos através do OGU contemplam preferencialmente monumentos dispersos no estado, em municípios como Paraty, Petrópolis, Vassouras, Cabo Frio etc. e em situações emergenciais e monumentos de menos visibilidade, compensando a concentração de

recursos obtidos através do mecenato.

Neste ponto, pode-se analisar o financiamento de obras de restauração de monumentos históricos do estado do Rio de Janeiro à luz das discussões apontadas sobre a Economia do Patrimônio Cultural no primeiro capítulo. Naquele momento, foi dito que no caso francês os "demandantes do valor de opção" ou agentes (associações, mecenas etc) que efetuam as despesas financeiras para conservar a utilização dos monumentos ao benefício das futuras gerações é que controlam a contrapartida de suas contribuições em termos de organização da oferta patrimonial.

No caso fluminense, percebe-se que o mecenato com seu investimento expressivo torna-se responsável pela valorização da demanda por patrimônio e da organização da oferta. Com relação à valorização da demanda, consideram-se todos os serviços que são acionados pela oferta de monumentos históricos abertos ao público na cidade, tais como transporte, turismo, lazer etc. que acabam sendo estimulados, sobretudo na região central da cidade do Rio de Janeiro onde estão mais concentrados esses vastos investimentos. Os mecenas estão organizando a oferta de patrimônio ao considerar principalmente os monumentos históricos inseridos em um contexto de grande visibilidade.

Portanto, os recursos obtidos através do PRONAC, muito superiores aos valores disponibilizados pelo OGU, estão sobre-representados em uma faixa pequena do estado do Rio de Janeiro. Ou melhor, estão concentrados no centro do Rio de Janeiro, sobretudo entre a Rua Primeiro de março e a Avenida Rio Branco, caracterizando o que foi chamado na Superintendência do IPHAN-RJ de "Circuito Elizabeth Arden" das restaurações.

As políticas de intervenção patrimonial são caracteristicamente pontuais e concentradas e também privilegiam a área central de forma mais abrangente com a restauração de monumentos como os Arcos da Lapa, o Teatro Municipal etc. Percebe-se assim, uma possível relação entre essas políticas públicas de financiamento a obras de restauração, com recursos do mecenato, com a espetacularização urbana.

O esvaziamento da capacidade do poder público de conduzir plenamente as intervenções patrimoniais contribui para um modelo de desenvolvimento urbano aderente aos interesses do capital imobiliário na cidade com os mega eventos, com a implementação da política de ordem urbana da Prefeitura de combate à degradação social e reapropriação desses espaços pelas camadas mais abastadas que por sua vez contribui com a gentrificação.

3.2 Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural e o Desenvolvimento Econômico

Nesta última seção, será apresentado o campo do patrimônio cultural em uma estratégia de gestão institucional estruturada pelo MinC e financiada pelo BNDES. A abordagem do patrimônio cultural como catalisador de processos de desenvolvimento econômico sugere um tipo de impacto sobre os espaços urbanos e a possibilidade de se pensar usos patrimoniais que gerem maior bem-estar social.

Nos últimos anos, muitos estudos têm se concentrado em apresentar as vantagens da diversidade cultural brasileira como catalisadora do processo de desenvolvimento e crescimento econômico. A "Cultura" é vista como um setor capaz de inserir o Brasil num patamar ainda mais vantajoso no comércio internacional além de contribuir, e muito, com a dinamização do mercado interno e para a eficácia de políticas públicas transversais.

A dimensão cultural do desenvolvimento perpassa pelo estímulo à diversidade cultural e à educação na construção de um projeto nacional no qual o patrimônio cultural, tanto na sua vertente imaterial quanto material, exerce uma função vital para a capacidade criativa e o desempenho de potencialidades da coletividade. A transformação de bens culturais em mercadorias comercializáveis deve garantir a democratização do acesso aos recursos, a universalização e transversalidade das políticas públicas culturais.

O aperfeiçoamento e a eficiência das políticas culturais no Brasil, tanto pelo lado teórico quanto pela atuação do poder público, dependem da construção de um sistema de informações quantitativas sobre fluxos culturais em suas mais distintas áreas. A Cultura deveria ser objeto de pesquisa estatística detalhada pelo IBGE, a exemplo de pesquisas oficiais sobre saúde, educação, emprego etc. para que não se faça uso apenas de estimativas do PIB cultural e indicadores sobre emprego e remuneração nas atividades econômicas do setor cultural. Além disso, estatísticas oficiais sobre o patrimônio não existem no Brasil, comprometendo a melhor gestão desses bens culturais.

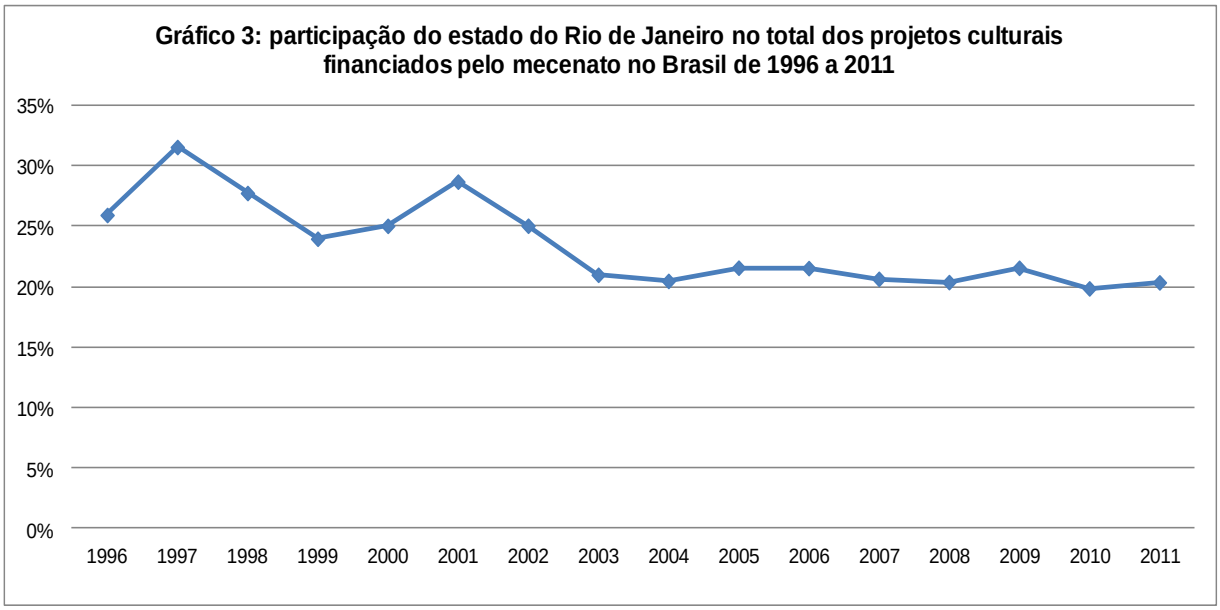
Os indicadores culturais mais recentes divulgados pelo IBGE, em 2006, mostraram que as atividades culturais correspondiam a cerca de 5% do PIB e que a remuneração dos trabalhadores deste setor era superior ao da indústria, de um modo geral. Além disso, o setor cultural apresentava impacto direto sobre o mercado de trabalho e um potencial de crescimento expressivo com a previsão de uma taxa de crescimento anual de 8,4%, bem superior a da economia como um todo que tinha uma projeção de 4%. Estima-se que a cada 1

milhão de reais investidos em cultura seja gerado cerca de 160 postos diretos de trabalho e que o sistema de financiamento público da cultura no país através das fontes de orçamento, fundos e leis de incentivo totalize cerca de 3 bilhões de reais por ano (Leitão, 2009, p. 342).

O MinC divide o setor da cultura nas seguintes áreas: Artes Cênicas, Artes Integradas, Artes Visuais, Audiovisual, Humanidades, Música e Patrimônio Cultural. Cada área cultural apresentada subdivide-se em segmentos específicos que no caso do patrimônio cultural, que interessa a esta pesquisa, corresponde à seguinte estrutura: Acervo, Acervo museológico, Arqueológico, Arquitetônico, Artes Integradas, Artesanato/Folclore, Cultura Afro brasileira, Cultura Indígena, História e Museu.

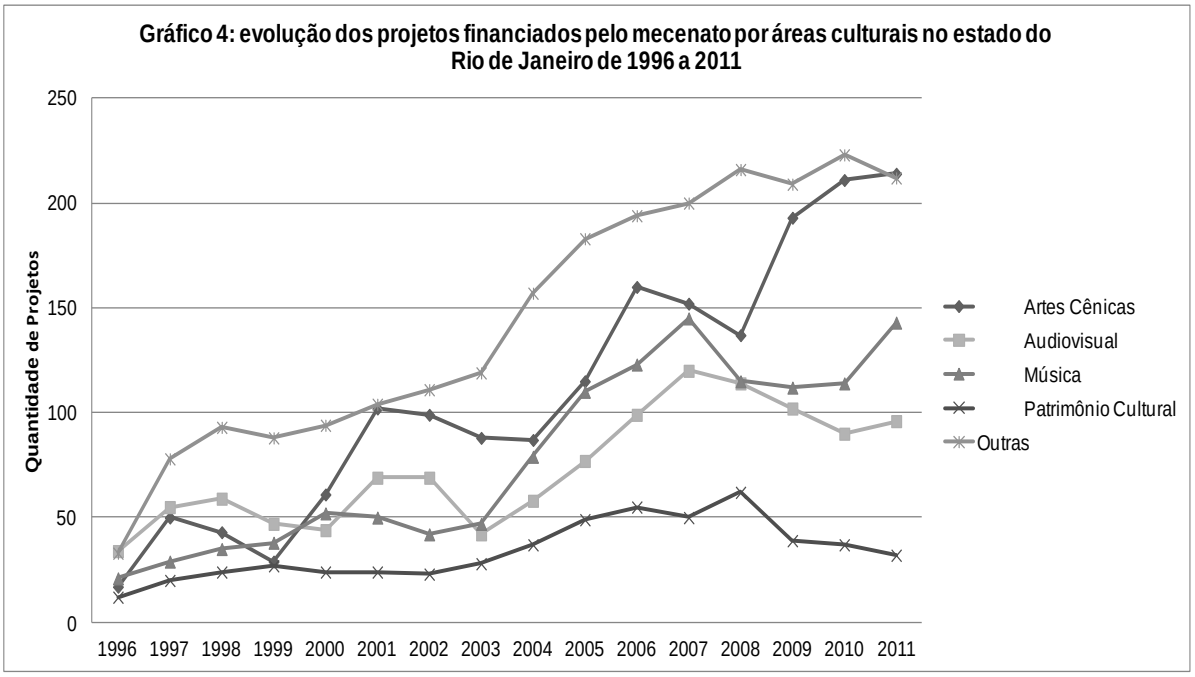
Estas subdivisões permitem que as políticas culturais sejam direcionadas para cada setor de determinada área cultural, sobretudo com relação ao financiamento de projetos pelo mecenato. Como o foco de análise deste trabalho incide sobre o patrimônio cultural arquitetônico e o financiamento das obras de restauração dos monumentos históricos no estado do Rio de Janeiro, será feita uma análise dos dados divulgados pelo MinC relativos aos projetos culturais desse segmento, financiados pelo mecenato. A ideia é apresentar os dados mais gerais até que seja delimitado o patrimônio arquitetônico, tentando articular comparativamente com outras áreas e setores.

No gráfico 3, apresenta-se a participação percentual dos projetos culturais financiados pelo mecenato no estado fluminense comparado com o Brasil de 1996 a 2011. Percebe-se que a participação fluminense no total brasileiro manteve-se oscilando com tendência a queda de 1996 a 2003, quando passou a se manter relativamente constante até 2011, onde cerca de 20% dos projetos nacionais em cultura concentram-se no estado fluminense.



Fonte: MinC

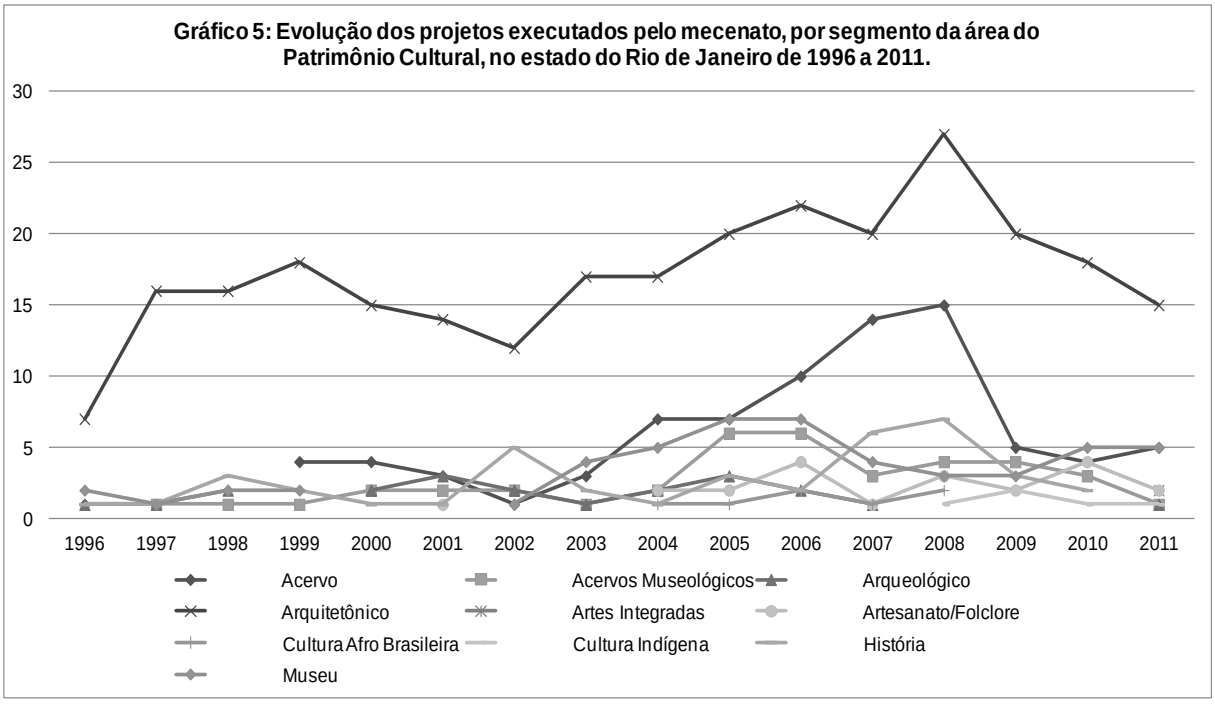
No gráfico 4 a seguir, é apresentada a evolução dos projetos financiados pelo mecenato no estado do Rio de Janeiro nas áreas culturais determinadas pelo MinC. Observa-se que as áreas de maior destaque consistem em artes cênicas, música e áudio visual. A área designada "outras" é a primeira, pois compreende Artes Integradas, Artes Visuais e Humanidades. Todas as áreas demonstram tendência a crescimento no período considerado. O Patrimônio cultural manteve-se desde 1996 até o ano de 2011 no último lugar quando comparado com as outras áreas de projetos executados, seja pelo baixo número de proponentes interessados, seja pelo menor interesse do mecenato para os investimentos nesta área cultural que, embora tenha crescido constantemente de 1996 até 2008, a partir deste ano, passou a apresentar uma tendência de queda.



Fonte: MinC.

No gráfico 5, é apresentada a evolução dos projetos executados com recursos do mecenato nos segmentos da área do patrimônio cultural desde 1996 até 2011 no estado do Rio de Janeiro. O resultado desta evolução permite que se compare qual segmento dentro da área do patrimônio cultural é mais interessante para o mercado financiar os projetos. Nota-se que o patrimônio arquitetônico teve desempenho bem superior aos demais segmentos, durante todo o período considerado. Foram 15 projetos executados com recursos do mecenato em patrimônio arquitetônico em 2011, contra quase 30 em 2008. Mais uma vez, como se indicou no gráfico anterior, a partir de 2008, nota-se uma tendência à queda na execução desses projetos.

Vale ressaltar que no segmento da área do Patrimônio Cultural, o segundo lugar na preferência de financiamento pelo mecenato é Acervo e Museu e na terceira posição aparecem Artesanato/Folclore e Acervos museológicos. Todas aparecem com números bem próximos de projetos executados.



Fonte: MinC.

Além das intervenções patrimoniais financiadas pelo mecenato através da lei Rouanet, outra fonte de financiamento toma força, apostando no patrimônio como catalisador do desenvolvimento. O BNDES vem se tornando um agente de destaque no cenário nacional do processo de financiamento aos projetos de preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil nos últimos anos.

Vale destacar que os bancos de desenvolvimento passaram a apostar na cultura como uma atividade fundamental para o processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. O BNDES vem demonstrando interesse desde 1997 em relacionar a preservação do patrimônio arquitetônico ao desenvolvimento socioeconômico local. Essa estratégia, seja pelas ações do Programa Monumenta ou pelo PAC Cidades Históricas, tem interesse em dotar os sítios históricos recuperados em ativos culturais de interesse para o turismo. Este setor constitui-se em um das atividades diretamente beneficiadas pelos investimentos patrimoniais e são capazes de alimentar as contas e o balanço de pagamentos nacionais, gerando renda e empregos em diversos setores e serviços.

O Monumenta foi implementado pelo MinC e pelo IPHAN com financiamento do BID, da União, estados, municípios e da iniciativa privada e com apoio técnico da Unesco. O montante investido foi de cerca de R$125 milhões, a partir de 2000, e possibilitou que a população de algumas das 26 cidades contempladas pelo Programa reconhecesse a

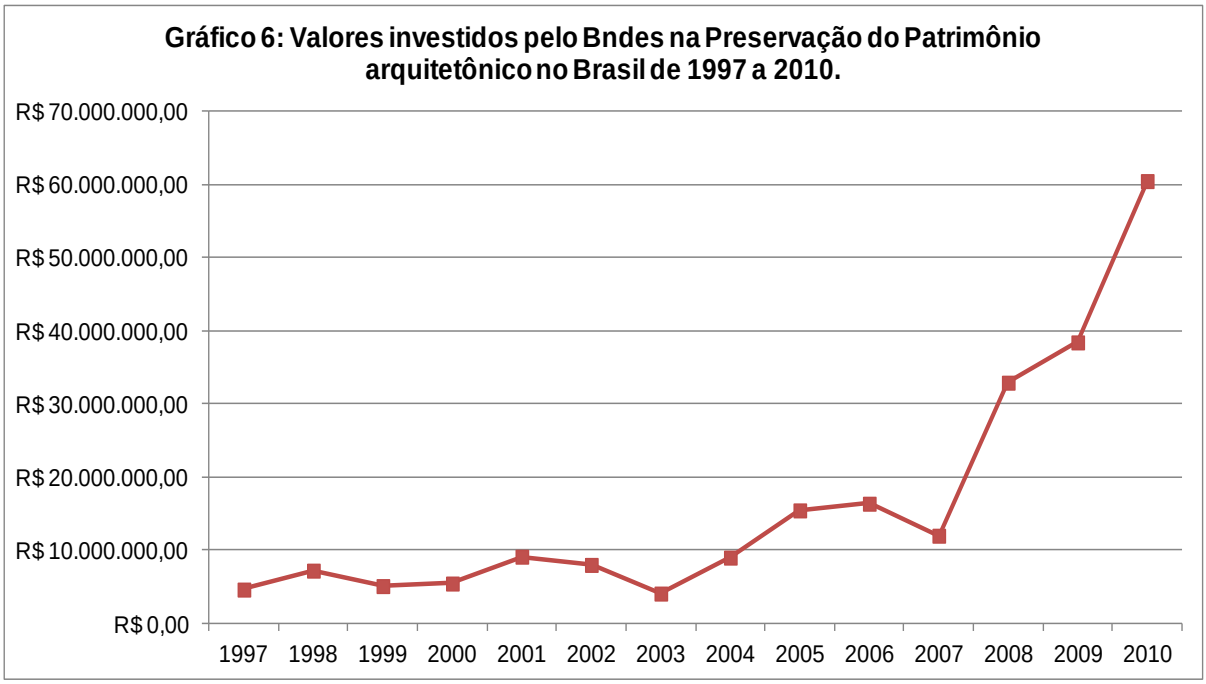
preservação patrimonial como uma forma de desenvolvimento socioeconômico local, contribuindo com a autossustentabilidade do projeto (Cardoso, 2011).

O PAC Cidades Históricas foi desenvolvido pela Casa Civil juntamente com o IPHAN e lançado em outubro de 2009 com a missão de aprimorar a experiência do Monumenta, sobretudo no que diz respeito à participação das comunidades envolvidas. Trata-se de uma ação transversal que envolve cerca de 170 municípios históricos e a sociedade civil com os Ministérios das Cidades, Educação, Turismo, além do BNDES, Caixa Econômica, Eletrobrás etc.

Desta forma, analisando os valores divulgados pelo BNDES, percebe-se que em 14 anos, de 1997 a 2010, foram desembolsados cerca de 230 milhões de reais em projetos de recuperação patrimonial e revitalização urbana. A instituição se tornou a maior apoiadora nacional do setor por uso dos benefícios fiscais decorrentes da lei Rouanet (Lei 8313 / 91) em monumentos tombados pelo IPHAN em 161 projetos em todo Brasil, com destaque para as regiões Sudeste e Nordeste (Cardoso, 2011).

A seguir apresenta-se o gráfico 6, no qual se constata o aumento expressivo dos recursos investidos em restauração patrimonial pelo BNDES por intermédio dos recursos disponíveis através da Lei Rouanet e do Fundo Cultural[15], sobretudo a partir de 2008 quando este Fundo foi criado e os investimentos quase que triplicaram.

[15] A fonte de recursos não reembolsáveis do Fundo Cultural baseia-se no lucro do Sistema BNDES e prevê ações não só na preservação do patrimônio histórico, mas também para operações culturais de um modo geral, como o patrimônio imaterial etc.



Fonte: BNDES.

Dentro dessa breve experiência de fomento à preservação patrimonial, o BNDES resolveu apostar a partir de 2011 em projetos capazes de alavancar o desenvolvimento econômico local e não mais apenas em monumentos históricos isolados. Sugeriu-se aos proponentes dos projetos que incorporassem estudos de viabilidade econômica, de sustentabilidade dos investimentos em manutenção, de impactos sociais positivos no entorno e na capacidade de geração de divisas com visitação e serviços. O retorno institucional e a lógica do patrocínio deixaram de ser preponderantes para a instituição no financiamento dos projetos.

Torna-se relevante rediscutir o papel do Estado e do mercado como reguladores das relações culturais e dos gastos públicos em cultura. Dado o efeito multiplicador da renda na economia dos investimentos culturais, pode-se dizer que o orçamento da União para a cultura de cerca de R$ 350 milhões anuais está a quem das necessidades dos diversos setores culturais e por isso a importância das leis do mecenato para suprir essa carência de recursos no financiamento aos projetos integrados de preservação do patrimônio arquitetônico.

Entretanto, essas leis deslocam a atuação direta do Estado que abre mão de arrecadar esses recursos através dos impostos e colocam em cena os proponentes e produtores, que desenvolvem os projetos, e as grandes empresas que passam a escolher quais projetos irão financiar. A visão estatal considera a cultura como um conjunto de bens públicos capazes de causar impactos transversais em outras áreas das políticas públicas, como a Educação, por

exemplo. Mas, mesmo com esse potencial transversal da Cultura, o orçamento destinado a esta pasta é bem inferior àqueles destinados por outros Ministérios com maior influência política.

Portanto, os mecanismos significantes de investimentos culturais, a partir da lógica de participação indireta do Estado, baseado em renúncia fiscal, a famosa Lei Rouanet, não impõe uma contrapartida social por parte do mecenato. Certas estratégias de proteção pública são indispensáveis para que o mercado não regule, segundo seus interesses, as políticas de financiamento cultural e não minimize o bem estar coletivo. Este fato demonstra que as políticas culturais não devem estar embasadas em um caráter concentrador e elitista quanto aos acessos aos recursos e deva-se pensar em uma regulamentação das políticas culturais e no aperfeiçoamento das leis de incentivo para a democratização do acesso à cultura no Brasil.

Considerações Finais

A Economia do Patrimônio Cultural, apresentada nesta pesquisa, considera a gestão patrimonial a partir da valorização econômica que as políticas de restauração permitem no espaço urbano e do estímulo a uma série de serviços decorrentes dos usos que se fazem dos monumentos históricos e de seu entorno. Teoricamente, a busca pelo bem estar social serve como ponto de partida para políticas de restauração e justifica os esforços financeiros necessários para a manutenção do patrimônio arquitetônico, sobretudo pelo conhecimento da relação dos monumentos com seu entorno, da vocação econômica e cultural do ambiente construído a sua volta e das relações sociais que ali se praticam cotidianamente.

Entretanto, os custos financeiros crescentes para garantir a preservação do patrimônio para as próximas gerações nem sempre são garantidos como esforços necessários para o aumento do bem-estar social. O que diferencia a teoria da prática da gestão patrimonial é a natureza contraditória das políticas de financiamento que estabelecem o papel dos agentes envolvidos no processo de restauração do patrimônio arquitetônico, diminuindo as prerrogativas do Estado de estabelecer contrapartidas socioespaciais aos financiadores privados.

O patrimônio constitui o capital cultural (ativos culturais que originam serviços culturais) de um lugar e cujo valor é determinado a partir do que ele pode gerar em bem estar social que compense o esforço da sociedade de financiar a sua restauração. O patrimônio representa um estoque de valor intertemporal que enquanto capital cultural é capaz de fornecer e valorizar uma série de fluxos de serviços culturais não patrimonializados.

Os monumentos históricos arquitetônicos enquanto bens econômicos são insubstituíveis e irreprodutíveis. Existe uma dupla economia do patrimônio, pois diferentemente dos outros bens econômicos, o patrimônio apresenta naturezas distintas de sua oferta e demanda. Há uma diferença entre a natureza da demanda e da oferta de patrimônio que limita a transformação dos suportes recebidos com restauração em serviços desses suportes, por isso a necessidade de criação do que Greffe chama de “ecossistema patrimonial” para que o patrimônio gere uma verdadeira economia alimentada pela sua ampla rede de demanda de alto valor agregado, com a qualificação de pesquisas e políticas públicas, viabilizando o seu autofinanciamento.

Entretanto, verificou-se que no Brasil, a gestão do patrimônio está cada vez mais

relacionada com mecanismos de enquadramento dos projetos de intervenção patrimonial às leis, à prestação de contas à sociedade e ao convencimento do apoio do mercado para a captação de recursos.

A sociedade de um modo geral tem dificuldade de perceber a importância do papel do poder público como financiador indireto neste processo, o que implica em perdas na sua capacidade de planejar ações e corrigir assimetrias, já que a maior missão do Estado é garantir que se crie uma indústria patrimonial para que os monumentos se financiem por si só, uma vez que é nítida a relação entre as políticas de restauração com os interesses do lucrativo capital imobiliário que historicamente, orientou o modo de ocupação nos espaços urbanos das sociedades capitalistas.

A forma como está estruturada o processo de intervenção patrimonial está produzindo determinados efeitos sobre os espaços urbanos. Ao abaterem um percentual do imposto devido ao Tesouro Nacional, as leis de mecenato estimulam a entrada de recursos da iniciativa privada, transformando a cultura em mercadoria a ser consumida e propagandeando grandes empresas, atribuindo-lhe sentidos e aspectos simbólicos. As decisões de investimento são tomadas quase sempre por critério de demanda solvável, investe-se onde se pode auferir maiores retornos, com maior visibilidade dos projetos de intervenção e acesso a mercado de maiores rendas, destoando-se dos princípios democráticos inerentes aos bens culturais.

A decisão de investimento, no caso do patrimônio, acaba por ser tomada pela equipe de marketing de grandes corporações bancárias e de multinacionais como Vale, Petrobrás, etc. que buscam visibilidade geralmente em locais com grande fluxo diário de pessoas. Esta política passou a ser a principal forma de financiamento à cultura nacional, como um todo e ao patrimônio de forma específica, mas os investimentos concentram-se no eixo Rio – SP.

No campo do patrimônio, dentro de toda essa lógica de financiamento à cultura, os projetos são submetidos ao MinC, que aprova ou não o projeto de restauro de um proponente. Os projetos de restauração com os recursos do PRONAC, mecenato, no estado fluminense estão concentrados, sobretudo na região central da cidade do Rio de Janeiro, no chamado “Circuito Elizabeth Arden”, compreendido preponderantemente entre a Rua Primeiro de março e a Avenida Rio Branco.

A forma como se estruturou as políticas públicas de financiamento de obras de restauração e conservação dos monumentos históricos no estado do Rio de Janeiro através da Lei Rouanet impôs um modelo de gestão patrimonial que contribui para esse processo da espetacularização urbana. As intervenções patrimoniais na cidade do Rio de Janeiro desde os

anos 1990 até a década atual estão inseridas em um processo de espetacularização urbana no qual o patrimônio tende a esvaziar-se de seu valor social e documental.

Em outras áreas da cultura, o orçamento captado com recursos do PRONAC é dividido entre o poder público e a iniciativa privada e a parte das empresas pode corresponder a apenas 30% do total da verba, deixando o Estado a cargo dos outros 70% dos recursos. Se esta medida fosse verificada no campo do patrimônio, poderia ser evitada a concentração dos investimentos em pequenas faixas da área central da cidade do Rio de Janeiro por interesses econômicos.

Neste processo, o poder público transfere para a iniciativa privada a capacidade de veicular a ideia e a função espetacularizada do patrimônio nos espaços urbanos, contribuindo para a perda de sua função social que é a sua capacidade documental de despertar a valorização da memória coletiva. Entre ganhadores e perdedores, não é só o mecenato que usufrui dos benefícios das leis de incentivo estruturadas enquanto políticas culturais que garantem os recursos necessários para a manutenção patrimonial. Esses investimentos são considerados catalisadores do desenvolvimento socioeconômico pelo lucrativo retorno que esses investimentos conferem às dinâmicas econômicas locais.

Além disso, destaca-se o papel fundamental dos proponentes que estão claramente associados aos interesses institucionais específicos de cada monumento que se pretende restaurar. Não há um aparato legal que determine a diversificação e desconcentração dos projetos propostos e os patrocinadores tampouco se comprometem em corrigir tais assimetrias. A possível regulamentação das políticas de restauração patrimonial deveria prever o estímulo a projetos que considerem o diagnóstico socioeconômico do entorno, as relações sociais praticadas e as demandas da população residente e frequentadora.

A concentração de capitais econômico, humano, social etc., o conhecimento das estruturas de mercado e dos aparatos legais que estabelecem acesso aos recursos financeiros impede a criação de um mercado equilibrado espacialmente de instituições de produção cultural. A falta de proponentes capacitados em outras cidades do estado do Rio de Janeiro também contribui com a concentração de recursos na capital, até porque, não há um estímulo para que se faça um uso diversificado e atraente da Lei em outras regiões que não percebem as vantagens em relacionar preservação e desenvolvimento.

O resultado mais abrangente desta política conduz a um processo de concentração dos recursos na região central da cidade do Rio de Janeiro no qual as intervenções patrimoniais transformam-se em um modelo de desenvolvimento para o núcleo urbano. O

modelo de gestão do patrimônio atual estimula a valorização dos monumentos, de acordo com a sua visibilidade e inserção, em contextos que destacam a imagem da cidade como um produto espetacularizado a ser consumido.

A espetacularização urbana que se originou na cidade do Rio de Janeiro ainda na década de 1990 pode ser contextualizada dentro do debate sobre Economia do Patrimônio cultural, uma vez que grandes empresas concentram vultosos recursos, via renúncia fiscal, em patrimônios de grande visibilidade ao invés de os investimentos serem distribuídos estrategicamente nos milhares de monumentos históricos espalhados pelo território fluminense.

Neste sentido, buscar a crítica ao espetáculo e à espetacularização, embora seja extremamente possível, não foi a intenção da análise final do objeto delimitado nesta pesquisa, pois a direcionaria a uma crítica ampliada ao processo massificado de produção capitalista. O problema não está na espetacularização urbana em si, até porque, a admiração humana pelo "espetáculo" é recorrente e está associado à acumulação de capital, sobretudo em regiões que se beneficiam do crescimento econômico em marcha como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

O maior problema é a alienação deste processo que ocorre com pouca clareza social e política do papel dos agentes envolvidos na disputa por orçamentos, o que só reforça o caráter elitista e concentrador das fontes de recursos como estão estruturadas o aparato legal das políticas de preservação. Além disso, não há articulação com ações sociais integradas, como o caso das políticas habitacionais intimamente associadas aos usos possíveis do patrimônio arquitetônico, que também serviria como forma de atenuar o déficit assombroso de oferta de moradias. Se os gastos públicos diretos e indiretos em restauração de patrimônio fossem geridos por um comitê gestor de recursos que incentivasse a criação de pólos locais e regionais estratégicos, o impacto social, cultural e econômico das políticas de restauração patrimonial seria mais efetivo e mitigaria efeitos indesejados da concentração dos recursos.

A lógica financeira, implementada no Brasil desde a década de 1990, que reestruturou as políticas públicas no âmbito da cultura como um todo contribuiu com a utilização do patrimônio como veículo promocional da imagem da cidade para vendê-la internacionalmente, levando ao esvaziamento do sentido social e documental do patrimônio na sociedade. O pacto entre o poder local e o capital imobiliário impôs um modelo de gestão urbana aderente às concepções da sociedade de consumo ao mesmo tempo em que legitima a ação do poder público diante da ordem urbana, gentrificando espaços e reconduzindo a

população pobre à áreas mais distantes do centro.

Portanto, pode-se concluir que uma parte importante da economia patrimonial depende da forma como estão estruturadas as políticas públicas de financiamento e restauração dos monumentos históricos. As intervenções patrimoniais na última década foram em geral controladas pela parceria constituída entre o poder local e o capital imobiliário, aproveitando o centro como uma vitrine urbana e como elemento de vantagem competitiva entre as cidades. Valorizaram-se os lugares geográficos, os elementos arquitetônicos, a população flutuante e o consumo cultural, desconsiderando o conteúdo social da população residente, o diagnóstico territorial e as demandas locais.

Referências

ALKMIM, Antonio Carlos; LINS, Cristina. *O Sistema e o 'Sistema' – O Projeto em curso no IBGE e o estudo sobre a cultura*. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – N.4, (Jan./Mar. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

BENHAMOU, Françoise. *A Economia da Cultura*. Ateliê Editorial, Cotia-SP, 2007.

BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas Culturais* v. 1.Barueri, SP, Ed Manole, 2003.

_____. *Faces da Cultura*. **Revista Integração**, Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CARDOSO, Viviane Souza Valle et al. *A preservação do patrimônio cultural como âncora do desenvolvimento econômico. In:* **BNDES Setorial 34.** Setembro de 2011, p. 351 – 388.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010. v. 01. 136 p.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: EdUNESP, 2001.

CRIBARI, Isabela; REIS, Ana Carla Fonseca et al. *Economia da Cultura*. Organizadora: Isabela Cribari. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 2009.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Teses (equivocadas ou não) sobre o Estado e a cultura brasileira. In:* **Economia da Cultura.** Organizadora: Isabela Cribari. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 2009, pp 101 - 130.

FILHO, Luiz Carlos Prestes et al. *Cadeia produtiva da economia da música.* Rio de Janeiro: Incubadora Cultural Gênesis da PUC-RIO, 2005.

_____. *Cadeia produtiva da economia do carnaval. In:* **Economia da Cultura.** Organizadora: Isabela Cribari. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 2009, pp 305 – 337.

FLORISSI, Stefano e VALIATI, Leandro. *Construção de lugares de consumo e práticas*

culturais. In: **Economia da Cultura.** Organizadora: Isabela Cribari. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 2009, pp 65 – 77.

GALARD, Jean. *O modelo francês de financiamento da cultura. In:* **Economia da Cultura.** Organizadora: Isabela Cribari. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 2009, pp 81 – 99.

GREFFE, Xavier. *La valeur économique du patrimoine*. Anthropos-Economica. Paris, 1990.

_____ , *La valorisation économique du patrimoine*, La valorisation économique du patrimoine, Ministère de la culture ; Département des Etudes de la Prospective et des Statistiques (DEPS) (Ed.) 384 pages, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. *Espetacularização urbana contemporânea. Cadernos Territórios Urbanos e Políticas Culturais PPG – AU / FAUFBA nº especial*, 2005.

LEITÃO, Sérgio Sá. *Economia da Cultura e do audiovisual: diagnóstico e perspectivas. In:* **Economia da Cultura -** idéias e vivências. REIS, Ana Carla Fonseca e MARCO, Kátia de (Orgs.). Rio de Janeiro, Editora e-livre, 2009, pp. 339 – 368.

LINS, Cristina. *Reflexões sobre indicadores e estatísticas culturais*. *In:* **Economia da Cultura -** idéias e vivências. REIS, Ana Carla Fonseca e MARCO, Kátia de (Orgs.). Rio de Janeiro, Editora e-livre, 2009, pp. 61 - 69.

MAIA, Tatyana de Amaral. *O patrimônio como expressão da nacionalidade: a função do Estado no setor cultural*. Políticas Culturais: Diálogos e Tendências, 2004.

MIGUEZ, Paulo. *Aspectos de constituição do campo de estudos em economia da cultura*. *In:* **Economia da Cultura.** Organizadora: Isabela Cribari. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, 2009, pp 19 – 40.

_____. *Indicadores Culturais: possibilidades e limites*. As bases do IBGE". Ministério da Cultura, 2006. Página oficial. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/EdCristinaPereira 1148588640.pdf

PORTO, Marta. *Recuperar a dimensão política da cultura: nosso principal desafio*. Pensar Iberoamérica – Revista de Cultura nº 7, 2004.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing Cultural e Financiamento da Cultura.** São Paulo:

Thomson, 2003.

SANT'ANA, Márcia. A cidade-atração: *Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90*. *Cadernos Territórios Urbanos e Políticas Culturais PPG – AU / FAUFBA nº especial*, 2005.

SARKOVAS, Yakoff. *As Fontes de Financiamento à Cultura.* **Fórum Virtual de Teatro Brasileiro** – fev.2005. Disponível em http://www.artes.com/sys/sections.php?op=view&artid=34

YAMADA, Marina Emiko. **A Participação Privada no Financiamento à Cultura no Brasil: um estudo comparado com o Reino Unido.** 56 folhas. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói-RJ, 2011.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura*: *usos da cultura na era global*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

VALIATI, Leandro. *A economia e a cultura: formação de valor e a construção de lugares de consumo e práticas culturais*. Políticas Culturais: Diálogos e Tendências, 2004.

VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luisa Howard (Orgs.). Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. 2ª edição – revisada e atualizada. São Paulo-SP, Editora Manole, 2009.

VAZ, Lilian Fessler. *A "Culturalização" do Planejamento e da Cidade: novos modelos? Cadernos Territórios Urbanos e Políticas Culturais PPG – AU / FAUFBA nº especial*, 2005.

ESTUDO DE VALORAÇÃO ECONÔMICA DOS BENEFÍCIOS DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM – MIS. **Produto 4: Relatório Final** – Análise dos dados da Pesquisa de Campo e Análise de Custo-Benefício da Nova Sede do MIS. Econométrika – Consultoria Empresarial Ltda. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2011.

"La Naissance des Monuments Historique - la correspondance de Prosper Mérimée avec Ludovic Vitet (1840-1848)", Prefácio de Françoise Bercé - Éditions du C.T.H.S. - Paris 1998.

Sites consultados:
http://www.nomads.usp.br/pesquisas/cultura_digital/arte_programmata/monografias/Monografia_CentrosMidia_PoliticasCulturais.pdf
http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/economia-criativa-2/economia-da-cultura/
http://www.mostravozdopovo.com.br/
http://www.3mariasprodutora.com.br/textos/duvlei.htm